



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

ATA DA 22ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 22ª Reunião, da **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 – CN**, realizada em 02 de dezembro de 2014, às 14 horas e 47 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Gim** e com a presença dos Senadores **Vanessa Grazziotin, Humberto Costa, Antonio Aureliano, Ruben Figueiró, Flexa Ribeiro, José Agripino, Blairo Maggi e Ataídes Oliveira** e dos Deputados **Sibá Machado, Afonso Florence, Iriny Lopes, João Magalhães, José Carlos Araújo, Jaime Martins, Carlos Sampaio, Izalci, Aguinaldo Ribeiro, Rodrigo Maia, Onyx Lorenzoni, João Carlos Bacelar, Júlio Delgado, Arnaldo Jordy, Arnaldo Faria de Sá, Ronaldo Fonseca, Ênio Bacci e Marcos Rogério**. Presentes, também, os parlamentares não membros Deputados **Antônio Imbassahy, Mendonça Filho e Domingos Sávio**. Ausentes os Senadores **João Alberto Souza, Valdir Raupp, Vital do Rego, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, José Pimentel, Acir Gurgaz, Anibal Diniz, Mário Couto e Jayme Campos**, e os Deputados **Marco Maia, Sandro Mabel, Lucio Vieira Lima, Andre de Paula, Bernardo Santana de Vasconcellos e Fernando Francischini**. Na ocasião, foi realizada a acareação entre Paulo Roberto Costa e Nestor Cerveró. Às 17h18 a reunião foi suspensa, tendo sido retomada às 17h55 e encerrada às 18h07. Após aprovação, a presente ata será publicada juntamente com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Invocando a proteção divina, damos por aberta mais uma reunião. Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014.

Conforme a convocação, a presente reunião destina-se à acareação dos Srs. Paulo Roberto Costa e Nestor Cerveró. Tendo em vista que a acareação, segundo o artigo...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Conforme convocação, a presente reunião destina-se à acareação dos Srs. Paulo Roberto Costa e Nestor Cerveró. Tendo em vista que a acareação, segundo o art. 229 do Código de Processo Penal, é um procedimento destinado a esclarecer pontos divergentes entre os depoimentos prestados, esta Presidência adotará a seguinte ordem dos trabalhos.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Em primeiro lugar, a palavra será dada ao autor do requerimento de acareação, Requerimento nº 738, nobre Deputado Enio Bacci, para que aponte os pontos divergentes entre os depoimentos e faça as suas indagações para esclarecê-los. Em seguida, a palavra será concedida ao Relator e, na sequência, de acordo com a ordem de inscrição na lista de oradores, aos Parlamentares titulares da Comissão, aos suplentes e aos não membros.

Eu gostaria de pedir a lista de oradores, senhores da Mesa, só para que cada um se prepare. *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só um minutinho que eu já a inscrevo, Senadora Vanessa Grazziotin.

Primeiro inscrito, nobre Deputado Carlos Sampaio; segundo inscrito, nobre Deputado Arnaldo Jordy; terceiro inscrito, nobre Deputado Onyx Lorenzoni; quarto inscrito, nobre Deputado Izalci; quinto, nobre Deputado Marcos Rogério; sexto, novamente, reinscrito, o autor do requerimento, Deputado Enio Bacci; sétimo, nobre Senador Flexa Ribeiro; oitavo, nobre Deputado Antonio Imbassahy; nona, nobre Deputada Iriny Lopes; e, décimo, nobre Deputado Júlio Delgado.

Então, até agora, essa é a ordem de inscrição. Agora, quem pede inscrição é a nobre Senadora Vanessa Grazziotin. Décima primeira, Senadora Vanessa Grazziotin e, décimo segundo, nobre Deputado Sibá Machado.

Esclareço...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Sr. Presidente, só para consulta: V. Ex^a vai adotar também inscrição das lideranças, fora essa...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Vou fazer, entre um líder e um inscrito...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Quem pedir como líder, então, pode alternar?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – ...quando o líder pedir para tirar alguma dúvida, vou alternar. Vou alternar de acordo com o andamento da reunião.

Esclareço que os Parlamentares poderão formular suas perguntas a qualquer dos depoentes, sempre tendo em vista que a acareação destina-se a esclarecer pontos divergentes entre os depoimentos. Assim, dentro do assunto tratado, cada Parlamentar disporá de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta de qualquer dos depoentes ou dez minutos intercalados entre perguntas e respostas.

Ainda sobre o uso da palavra, esta Presidência esclarece que, nos termos do inciso VIII do art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal, poderão falar para explicação pessoal em cada reunião apenas dois integrantes da Comissão.

Ao líder é lícito usar da palavra uma única vez em qualquer fase da reunião pelo prazo máximo de cinco minutos para comunicação urgente (art. 6º do Regimento Comum).



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Solicito à Secretária que, neste momento, conduza os depoentes à presente sala de reunião.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.
Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pela ordem, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sr. Presidente, na última reunião, por requerimento do Deputado Ronaldo Caiado e também através deste Parlamentar, nós havíamos solicitado reunião – volto a insistir nisso – deliberativa em virtude, por exemplo, só para lembrar, de que a comissão externa da SBM Offshore concluiu seu trabalho e enviou o relatório a esta Comissão. Lá, temos uma série de empresas ligadas principalmente à operação do Sr. Julio Faerman, que precisam ter o seu sigilo bancário quebrado para podermos identificar aquilo que a Petrobras não identificou, que a Justiça ainda não verificou e que apenas o Openbaar holandês, que é o ministério público holandês, conseguiu ver no acordo de leniência que a SBM assinou com o governo holandês.

Então, estou apenas pontualmente indicando uma área específica do escopo desta CPMI para justificar a urgência de fazermos, ainda esta semana, já que temos a quarta e a quinta-feira, uma reunião administrativa para votar esse requerimento. Volto a sugerir que ela seja uma hora antes da oitava da amanhã, em que teremos o Sr. Sauer.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Deputado Onyx, para a sua questão de ordem, tenho a resposta, tendo em vista que tenho que submetê-la – conversei com nosso Presidente Vital do Rêgo sobre haver uma reunião administrativa – à aprovação do Plenário. Logo que tivermos quórum, já falei, tem até um termo técnico...

A Presidência esclarece que a presente reunião foi convocada para a acareação do Sr. Paulo Roberto Costa e do Sr. Nestor Cerveró. De acordo com o art. 89, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, o requerimento de sessão extraordinária há que ser submetido a votos. Há aqui o Regimento, que me impõe essa condição, nobre Deputado. Uma vez aprovado o requerimento, o interstício para convocação da reunião é de apenas 24 horas, nos termos do art. 33 do Regimento Comum. Se for assim deliberado, posso convocar para amanhã.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, vou ser obrigado, respeitosamente, a lhe contraditar, com base no Regimento do Senado Federal. Aqui, no art. 89, VII, está dito claramente:

Art. 89 Ao Presidente da Comissão compete:

.....
.....

VII – convocar as suas reuniões extraordinárias, de ofício...



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Sim, senhor. Essa consulta eu fiz ao Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Então, fazemos essa solicitação a V. Ex^a ou ao Presidente para que, de ofício, convoque. Não há nenhuma necessidade de votar requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Vou falar com nosso Presidente novamente e, antes de terminar esta reunião, dou a resposta a V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Deputado Enio Bacci.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, apenas para orientar os nossos trabalhos, pergunto a V. Ex^a, dentro dessa definição que foi tomada, se, na medida em que eu for apresentando as questões conflitantes entre os dois depoentes, na medida em que eu apresente cada uma, eles vão respondê-las ou se V. Ex^a vai anotar todas elas e ouvir, depois, o Relator, os inscitos, para daí dar a palavra e ouvir a posição do Sr. Cerveró e do Sr. Paulo Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Deputado Enio, como é um formato novo este que nós estamos fazendo, eu vou usar da experiência de todos vocês, principalmente do Deputado Carlos Sampaio, pedindo que ele nos ajude a ordenar os trabalhos de forma que possamos ter o maior proveito possível desta acareação, para que possamos esclarecer o máximo que for possível com esta acareação.

Então, vou usar de bom senso e vamos tentar construir isso de uma forma que possamos...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – ... realmente sair com um resultado bom para o País.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pois não, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sr. Presidente, eu queria apenas concluir aquela questão de ordem que estava fazendo a V. Ex^a.

Há a Decisão de nº 218, de 2012, da Câmara dos Deputados, pela qual, na interpretação dessa questão das 24 horas a que V. Ex^a se referiu, considera-se até o término dos trabalhos, de tal forma que V. Ex^a pode fazer a convocação a qualquer momento hoje que ela valerá integralmente, sem questionamento regimental, para amanhã, à hora que bem aprovar a V. Ex^a. Isso está suportado por essa Decisão nº 218, de 2012, da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Já ajudou bem. Obrigado, Deputado Onyx.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Deputado Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Sr. Presidente, creio eu, também pela vivência de algumas CPIs e CPMLs, que o melhor dos mundos seria nós ouvirmos o autor do requerimento expor tudo o que ele considera como sendo as contradições que motivaram o seu requerimento, e, à luz dele, a partir disso, V. Ex^a poderia colocar para a CPI.

Nesta fase, queira entender o nosso Deputado, o que nós queremos é ouvir, em primeiro lugar, de V. Ex^a as contradições que V. Ex^a nos apresenta. Assim, a partir disso, municia-se toda esta Comissão, todos os membros desta Comissão, para, na sequência, fazermos as arguições conforme a relação que já está apresentada a V. Ex^a, que vai convidando um a um.

É o entendimento que eu gostaria de manifestar, porque, assim, se farão, também, as perguntas diretas aos depoentes que estarão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu acho que o encaminhamento foi justamente esse, Deputado. Nós vamos escutar, vamos verificar onde estão as contradições e vamos evoluindo daí até que...

Então, como estamos todos de acordo, peço que conduzam os dois depoentes. (*Pausa.*)

De acordo com o requerimento, eu vou passar, então, a palavra, em primeiro lugar, ao autor do requerimento de acareação, nobre Deputado Enio Bacci.

Agradeço a presença de todos, dos senhores advogados, dos dois acareados.

Então passo agora a palavra para que aponte os pontos divergentes entre os depoimentos e faça suas indagações para esclarecer. Com a palavra, o nobre Deputado Enio Bacci.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, Senador Gim; Sr^{as} e Srs. Deputados; Sr. Paulo Roberto; Sr. Nestor Cerveró; imprensa, que nos acompanha; inicialmente quero dizer que todas as pontuações e os conflitos que eu detectei entre o depoimento de Cerveró, comparados ao que o Paulo Roberto afirmou ou ao menos ao que a mídia divulgou, tudo o que eu busquei saiu da ata desta reunião exatamente do dia 10 de setembro, quando aqui foi ouvido o Sr. Nestor Cerveró. Inclusive, eu pinço inicialmente dessa ata a palavra do Senador José Fleury.

No encerramento da reunião, José Fleury fez uma consideração ao senhor, Sr. Nestor Cerveró, dizendo – abre aspas –: "Quero dizer ao Sr. Cerveró o seguinte: o senhor entrou aqui em uma condição que lhe davam de ficar calado. Ao vir para esta Casa, desde três dias atrás, o que eu ouvia era que o senhor não ia falar nada, o que sempre aconteceu aqui. Mas o senhor pode sair daqui, olhar nos olhos dos filhos e dos netos do senhor. O senhor respondeu tudo." Continuando o que disse o Senador Fleury: "O senhor respondeu tudo. Hora nenhuma o senhor usou de uma prerrogativa que o senhor tinha de ficar calado." E aí conclui: "Quero



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

dizer ao senhor que, depois que o senhor se desligou do advogado, a coisa que mais incomodou o senhor aqui foi essa campainha" – estou lendo textualmente –, "porque o senhor estava de cabeça erguida. Parabéns por ter respondido tudo sem usar a prerrogativa que o senhor tinha de permanecer calado. O mais feio que existe aqui nesta Casa era quando eu assistia, pela televisão, à pessoa sentar e falar: 'Vou usar o direito que eu tenho de ficar calado'. O senhor é um homem que vai sair daqui de cabeça erguida e pode sair de braços dados com a sua esposa, porque o senhor tem uma família digna. Parabéns pelo seu depoimento." Palavras do Senador José Fleury, no final do seu depoimento aqui, no dia 10/09.

Fiz essa citação porque a sociedade brasileira espera que novamente V. Ex^a fale, não busque, ao abrigo, a ideia de permanecer calado, até porque o que se busca aqui é esclarecer dúvidas que ficaram.

Primeira delas: V. Ex^a afirmou textualmente no seu depoimento ao ser questionado – abre aspas –: "Volto a insistir que parte-se de uma premissa errada de que Pasadena causou prejuízo à Petrobras, mas não causou. Está dando lucro à Petrobras." V. Ex^a afirmou que Pasadena foi um bom negócio. V. Ex^a, mesmo questionado pelo Relator Marco Maia, que lhe perguntou: "V. S^a está dizendo que o TCU está equivocado quando afirma em acórdão que houve um prejuízo de mais de 120 milhões?", o senhor voltou, ratificou, dizendo: "Não estou só dizendo, como afirmando que a negociação de Pasadena foi um bom negócio." Conflito dessa afirmação com o que afirmou o Sr. Paulo Roberto, já amplamente divulgado pela mídia – abre aspas –: "A operação de Pasadena serviu para abastecer o caixa de partidos e para pagar propinas a alguns dos envolvidos na transação". Portanto, as duas afirmações são conflitantes: ou foi um bom negócio que está dando lucro, ou foi um negócio que serviu para abastecer alguns partidos e, essencialmente, para pagar propina. Esse é o ponto número um que eu acho que precisa ser esclarecido.

A outra questão, Sr. Presidente. Questionado pelo Deputado Fernando Francischini, o Sr. Nestor Cerveró afirmou, e eu gostaria de que o Sr. Paulo Roberto ouvisse essa afirmação que também é importante, o Sr. Nestor Cerveró, questionado pelo Fernando Francischini, afirmou que – abre aspas –: "Faz parte do Estatuto da Petrobras. O ex-diretor da Petrobras tem direito inclusive ao pagamento de defesa". E aí foi questionado: "O senhor sabe se o Sr. Paulo Roberto Costa está tendo [ou teve] advogado pago pela Petrobras [...]." Isso ficou dúvida também. É outro ponto que seria importante ratificar: se a empresa Petrobras costuma fazer o pagamento de defesa de advogados.

O SR. JOÃO MESTIERI – Inteligência faz parte.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Mas de todos nós. Inteligência é importante.

Outro ponto que veio à tona através do Deputado Antonio Imbassahy quando questionou o Sr. Cerveró. Nesse questionamento e nas respostas do Sr. Roberto Cerveró, nesse somatório, por mais de 20 vezes, foi usada a palavra



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

criminoso: se o Sr. Paulo Roberto era um criminoso, se o Sr. Paulo Roberto estava fazendo uma delação premiada se colocando como criminoso. Todo Brasil sabe disso. Havia uma organização criminosa na Petrobras. Então, a pergunta, exatamente, que gera esse conflito é se o Sr. Cerveró ratifica essa afirmação.

Ao questioná-lo, naquele depoimento também, se houve corrupção na Petrobras, o Sr. Cerveró afirmou: "Eu não sei... Que eu conheça, não." Também conflitante com o que disse Paulo Roberto, que sempre afirmou, ao menos após a delação, que havia corrupção nos negócios da Petrobras. Portanto, o Cerveró disse que não havia, e ambos exerciam uma função bem próxima a todas as decisões de poder que eram lá tomadas. Gabrielli, Presidente; Estrella, segundo o que disse o próprio Cerveró... E isto é também importante que seja ratificado, a direção da Petrobras, na época: "O Gabrielli era Presidente; o Estrella, Diretor de Exploração e Produção; Ildo [Sauer], Diretor de Gás e Energia; Almir, Diretor Financeiro, e eu [Cerveró], Diretor Internacional. Esqueci alguém? Ah, e o Paulo Roberto, Diretor de Abastecimento." Textualmente é o que V. S^a disse no seu depoimento.

Outro ponto importante. O Sr. Cerveró nega que tenha qualquer conhecimento sobre propina ou desvio em negócio da Petrobras, inclusive nega, conseqüentemente, o recebimento de qualquer vantagem ilícita, enquanto a mídia, não só a revista *Veja*, mas vários outros órgãos de imprensa, divulga que a afirmativa do Sr. Paulo Roberto é que, entre uma vasta gama de nomes que teriam sido beneficiados, foi citado textualmente o Sr. Cerveró como alguém que recebeu propina oriunda de negócios da Petrobras. Portanto, outro conflito.

A expectativa, Sr. Presidente, e vou depois retornar em uma exposição mais ampla, certamente sem pontualizar essas questões, é de que possamos, pela primeira vez, ouvir o Sr. Paulo Roberto. Se ele não quiser citar, até para proteger a delação premiada, nomes de autoridades que têm foro privilegiado, é compreensível, mas não se justifica que ele venha aqui sequer para dizer se era funcionário da Petrobras. Acho que ele pode avaliar o que deve ou não ser respondido, sem que isso afete a questão do sigilo ou implique qualquer outro crime. A mesma coisa com o Sr. Cerveró.

Eu até brincava, ontem, quando dizia que as CPIs sentem saudades da coragem de Roberto Jefferson, que peitou José Dirceu e falou – se falou a verdade ou não... Mas falou. Então, o que precisamos aqui, a sociedade precisa, e não nós, é ouvir a verdade e quem sabe até um pedido de desculpas à Nação, porque não basta uma delação para reduzir a pena. É preciso um reconhecimento de que um erro houve e de que a vida é passível de arrependimento. Então, esse arrependimento tem que vir à tona.

Espero, e concluo, que, no Dia Nacional do Samba, que é hoje, não tenhamos, aqui, mais uma vez, uma festa que não seja aquela busca da verdade que a sociedade brasileira tanto espera.

Eu retorno depois, Sr. Presidente.

Obrigado.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito bem. Então, eu peço que, em primeiro lugar, comece respondendo às perguntas o Dr. Paulo Roberto Costa, se assim entender.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Boa tarde a todos e a todas.

Estou vindo aqui pela segunda vez. Na primeira vez, eu não fiz..., não respondi a nenhuma pergunta, permaneci calado porque eu estou no processo de delação. E, nesta segunda vez, também não vou responder. Vou fazer alguns esclarecimentos agora, na sequência, mas não vou responder a nenhuma pergunta devido a esse processo que estou passando. Todas as dúvidas em relação a esse processo foram esclarecidas ao Ministério Público, esclarecidas à Polícia Federal e esclarecidas ao Juiz lá de Curitiba. Isso consta, então, de todo o processo meu de delação, que foi um processo bastante exaustivo, muito longo. Então, eu não tenho nada a acrescentar. Tudo que eu precisava falar consta desses processos que estão na mão dessas pessoas.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem. Eu gostaria de fazer uma interrupção logo depois da fala do Dr. Paulo Roberto. Eu peço pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Faça depois, logo depois.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Eu quero fazer essa justificativa agora, Sr. Presidente. Eu estou pedindo pela ordem a V. Ex^a em função do que ele acabou de dizer... Eu fiz por escrito para poder apresentar a V. Ex^a depois que ele falasse isto que ele falou, que não vai responder. E eu quero apresentar esta questão de ordem a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Veja bem, Deputado Júlio Delgado...

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – A CPI é um foro de investigação equiparado ao judicial pela própria Constituição. Assim, os depoentes que firmaram compromisso de delação premiada devem colaborar e responder às perguntas sob pena de perderem os benefícios processuais. A testemunha tem o direito inviolável de permanecer em silêncio, apenas perde os benefícios negociados com as autoridades judiciais do MP. A CPI é uma instância de investigação tão ou mais legítima, sob o ponto de vista constitucional e democrático, do que a vara federal que está em discussão.

Eu proponho que a Mesa, neste momento, encaminhe requerimento à Procuradoria Geral da República para que encaminhe à CPI cópia do termo de colaboração que o acusado fez para que se avalie se não é o caso de solicitar a revogação dos benefícios aqui concedidos a ele, inclusive a prisão domiciliar.

Tenho que colocar isso, Sr. Presidente, porque há essa informação generalizada de que a investigação feita no Ministério Público e presidida pelo Juiz Federal é mais competente do que a investigação feita pelo Parlamento. A Constituição não diferencia, Sr. Presidente, essas duas investigações. Talvez, esta



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

aqui seja até mais legítima, porque, lá, se faz um concurso e passa; aqui, somos eleitos, somos legitimados pelo povo, pelo voto do povo para fazermos isso.

Então, neste momento, eu encareço a V. Ex^a, diante da afirmação do Sr. Paulo Roberto, que possa encaminhar, neste momento, à Procuradoria Geral e ao Juiz Federal os termos da delação que foram aqui feitos pelo Sr. Paulo Roberto, sob pena de, não querendo falar, que a gente possa julgar, da mesma forma que é feito pelo Ministério Público ou pela Justiça, se ele tem os benefícios, inclusive prisão domiciliar.

É a questão de ordem que eu formulo, neste momento, a V. Ex^a, antes de começarmos essa ladainha de "não respondo, não respondo, não respondo aqui". A delação não serve só, se ele está sob efeitos processuais da delação, à Procuradoria Geral e à Justiça Federal; ele também está sob esses efeitos aqui no Congresso Nacional, na CPMI, que tem as mesmas prerrogativas que têm a Justiça e o Ministério Público para investigar. Peço a V. Ex^a, neste momento, que solicite, sob pena, para que esta CPMI tenha, em mãos, todas as documentações dos princípios de delação que foram solicitados pelo depoente.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Agradeço sua contribuição, nobre Deputado Júlio Delgado, e determino, então, solicito à Secretaria da Mesa que encaminhe, nos moldes do que o senhor está encaminhando para cá, que peça novamente ao Ministério Público e ao Juiz de Curitiba....

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Não é a delação, o pedido; são os termos da delação.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – ... os termos da delação.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Nós temos que ter conhecimento dos termos da delação, porque assim ele a fez. Se a fez ao Ministério Público e a fez à Justiça Federal, ele tem que ter o mesmo... Porque a gente pode solicitar. Da mesma forma que o Juiz pode não considerar, esta CPMI tem a prerrogativa de solicitar que a delação seja suspensa e, inclusive, a prisão domiciliar à qual, hoje, ele é submetido.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está muito bem. Então, os termos da delação, vamos pedir os termos da delação.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Para um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Para contribuir...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Para um esclarecimento.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Por favor, Senadora, fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Não vou nem polemizar. Agradeço ao Deputado Sampaio.

Eu gostaria que V. Ex^a, na sequência, deixasse claro e informasse a todos quantas vezes esta CPMI fez o encaminhamento dessa solicitação que acaba de fazer o Deputado que me antecedeu e quantas vezes também esta Comissão reuniu-se com o representante do Ministério Público, ou seja, Procurador-Geral da República, e Presidente, e Ministro-Relator no Supremo Tribunal Federal do processo de que nós aqui estamos tratando, Sr. Presidente. Porque fica parecendo que esta Comissão nunca pediu e que agora é que nós vamos pedir.

Então, que V. Ex^a esclarecesse, sobretudo àqueles que não sabem, quantas vezes isso já foi feito, Sr. Presidente, e quais as respostas recebidas.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Posso contraditar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só um minutinho. Não, não, não. Não pode contraditar.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Porque nós nunca pedimos termos...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só um minutinho, Deputado Júlio.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Eu não estou pedindo a deleção, estou pedindo os termos da deleção.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Deputado Júlio...

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Quais foram os benefícios que lhe foram oferecidos...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Deputado Júlio Delgado, ela pediu que eu consultasse....

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Nunca foi pedido isso, os termos da deleção aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado. Ela me pediu para esclarecer. Deixa eu esclarecer?

Muito obrigado.

Ela pediu que eu esclarecesse. Já foi pedido o termo de deleção cinco vezes. Os termos em que foi negociada a deleção é primeira vez que estão sendo pedidos. Nós já pedimos cinco vezes, já estivemos com os Ministros, já estivemos com o Procurador-Geral, mas, agora, os termos do que foi negociado...



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

É um contrato, como se fosse um contrato civil, parte a parte, os termos da delação. É isso que o nobre Deputado está pedindo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Não. Se ele fez os termos com a Justiça, os termos têm que prevalecer para cá também, porque, se ele aqui falar, nós podemos pedir suspensão da delação, assim como a prisão domiciliar. Não tem que esperar Ministério Público e juizado, não, Dr^a Vanessa.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu já pedi à Secretaria da Mesa para identificar e pedir, mas eu acredito que esses termos são até públicos. Até vou pedir para consultar.

Deputado Carlos Sampaio, para contribuir também, por favor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Presidente, veja: apesar de concordar com as ponderações feitas pelo Deputado Júlio Delgado – e acho que é importante que tenhamos esses termos –, no que concerne à acareação, colocar cara a cara, *vis-à-vis*, para ver os pontos contraditórios, eu me daria por contente se o advogado orientasse o seu cliente no sentido de que única e exclusivamente ele pudesse responder se mantém as afirmações feitas por ocasião da delação premiada.

Se ele disser: "Mantenho", está colocada a questão e acho que aí exaure a função dele aqui hoje e ele tem o direito de não falar. Agora, se ele disser que confirma o que disse na delação premiada, caberá ao Sr. Nestor se contrapor àquilo que fora dito, sem que ele tenha qualquer tipo de constrangimento a ele mesmo ou à delação premiada que foi a ele ofertada.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado, Deputado Carlos Sampaio.

Volto, então, a palavra ao depoente, Dr. Paulo Roberto.

O SR. JOÃO MESTIERI – Poderia eu fazer um esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Não, não, não. Desculpa.

Esclarecimento? Então... Por favor.

O SR. JOÃO MESTIERI – Meu cliente, em primeiro lugar, tem um grande respeito por esta Casa, tem um grande respeito por si mesmo e respeito pelo Brasil. Ele entrou para Petrobras por concurso, trabalhou lá por cerca de 30 anos, é engenheiro mecânico, galgou todos os postos...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, não tem previsão de advogado falar em CPI nessas condições. Não se pode nem ler texto preparado pelo advogado! Nem isso pode ler!

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Eu achei que ele fosse prestar um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só um minutinho.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – E falta de respeito é o que esse cidadão tem com o Brasil.

O SR. JOÃO MESTIERI – V. Ex^a deve interpretar como queira.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu acredito que... Eu lhe agradeço...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Paulo Roberto, por favor.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Vou só, então, dar continuidade aqui, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Por favor.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Eu gostaria até, se possível, de poder estender um pouco a minha fala, porque...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Por favor. Fique à vontade.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Porque, se a gente fica sendo interrompido aqui, fica um pouco difícil e a gente perde um pouco o raciocínio.

Então, se V. Ex^a me permitir avançar um pouco...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Por favor.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Como o Dr. João estava comentando, eu entrei na Petrobras em 1977 por concurso público, trabalhei na empresa por 35 anos, assumi a Diretoria de Abastecimento depois que eu tinha 27 anos de empresa.

E nesses 27 anos, assumi vários cargos importantes. Um dos mais importantes foi ser gerente-geral da produção da Bacia de Campos. Não existia o pré-sal ainda. Então, a área mais importante da Petrobras era a Bacia de Campos. Em todos esses cargos que eu assumi eu não precisei nunca de apoio político; eu consegui todos esses cargos com minha competência técnica, com 27 anos de casa.

Quando chegou a oportunidade de ter uma diretoria na Petrobras... Eu não posso dizer que não seja sonho de qualquer empregado da Petrobras que vai galgando os cargos dentro da companhia – era um sonho meu – chegar a diretor e, quem sabe, chegar a presidente da companhia.

Mas, desde o governo Sarney, governo Collor, governo Itamar, governo Fernando Henrique – todos –, governo Lula, Governo Dilma, todos os diretores da Petrobras e diretores de outras empresas, se não tivessem apoio político, não chegavam a diretor! Isso é fato. Pode ser comprovado.

Infelizmente, infelizmente – eu me arrependo amargamente, porque estou sofrendo isso na carne, estou fazendo minha família sofrer –, infelizmente, aceitei uma indicação política para assumir a Diretoria de Abastecimento.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Infelizmente. Estou extremamente arrependido de ter feito isso! Se tivesse oportunidade de não o fazer, não faria novamente isso. Aceitei esse cargo, e esse cargo me deixou e nos deixou aqui onde estou hoje. Se eu pudesse, não teria feito isso, mas, infelizmente, isso aconteceu, estou arrependido, e quisera eu não pudesse ter feito isso.

Isso tudo, para tornar minha alma um pouco mais pura, um pouco mais confortável para mim e para minha família, me levou a fazer a delação. Eu passei lá na carceragem em Curitiba seis meses preso. Seis meses dentro da carceragem. Até que resolvi fazer a delação de tudo o que acontecia na Petrobras, e não só na Petrobras; isto está no noticiário: o que acontecia na Petrobras acontece no Brasil inteiro: nas rodovias, nas ferrovias, nos portos, nos aeroportos, nas hidrelétricas! Isso acontece no Brasil inteiro. É só pesquisar. É só pesquisar, porque acontece.

Assumi esse cargo através de uma indicação política até 2012, abril de 2012; assinei minha carta de demissão – está lá dentro da Petrobras a minha carta de demissão, assinada em abril de 2012 – porque eu não aguentava mais a pressão que eu tinha em cima de mim para resolver problemas que não eram da minha área. Podem ir lá pesquisar, está lá essa carta.

Saí da companhia, abri uma consultoria e continuei minha vida. E deu no que deu, e hoje estou aqui, arrependido amargamente do que aconteceu, porque a minha família está sofrendo muito, e a minha família não merece isso.

Tudo o que eu falei na delação – respondendo à pergunta de vocês –, tudo o que eu falei na delação, que eu não posso abrir aqui, porque é uma delação, tudo o que eu falei lá eu confirmo. Confirmo. Não há nada, na delação, que eu falei que eu não confirme. Por quê? Porque a delação é um instrumento extremamente sério, e não pode ser usado de artifício, não pode ser usado de mentira, não pode ser usado em coisas que não sejam possíveis, depois, de se confirmarem.

Então, eu jamais... Nos meus 80 depoimentos que eu fiz, para a Polícia Federal e para o Ministério Público, 80 depoimentos – isso foram mais de duas semanas de delação –, o que está lá eu confirmo. Não tenho nada para não ter de prova, de não confirmar.

Provas estão existindo, estão sendo colocadas. Falei de fatos, falei de dados, falei de pessoas. Na época oportuna, essas pessoas todas virão a conhecimento público. Não é neste momento. Um dia virão. Eu não sei quando, não está na minha mão isso, mas tudo o que eu falei eu confirmo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, ainda na linha da contribuição, diante da...

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Só um...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Pois não.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Eu esqueci aqui de complementar, desculpem-me. Quando eu resolvi fazer a delação premiada – eu não estava ainda com o Dr. João aqui como advogado; o advogado era outro –,



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

não foi orientação do advogado, não foi orientação de ninguém: foi orientação da minha família. Quem me colocou, com clareza, para eu fazer a delação foram minha esposa, minhas filhas, meus genros e meus netos. Eles falaram para mim: "Paulo, por que só você? Por que só você? E os outros? Cadê os outros? Você vai pagar sozinho por uma porção de coisas que estão erradas?". Então, eu fiz a delação para dar um sossego para minha alma e fiz a delação por respeito e por amor à minha família.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, pelas...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Vou continuar abusando do seu conhecimento nesse caso. Por favor, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Não, apenas para contribuir mesmo. Independentemente do que ocorreu, e evidentemente foi gravíssimo, ele já disse que se arrepende do que fez, o depoente. Evidentemente que as consequências foram as mais diversas. Eu apenas indagaria se, na delação premiada, conforme ele fazia as denúncias, ou fazia as narrativas, ele era instado a apresentar os indícios de prova sobre os fatos, apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Dr. Paulo Roberto.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Os vários pontos foram colocados e foi solicitada, tanto pelo Ministério Público quanto pela Polícia Federal, para que eu tivesse um próximo passo, a apresentação de fatos. Vários fatos foram apresentados e, em alguns fatos que não foram apresentados, eu coloquei quem poderia apresentar esses fatos. E assim, então, foi feito o trabalho do Ministério Público e da Polícia Federal.

Nas outras delações que estão ocorrendo, pessoas estão entrando mais em detalhes em alguns assuntos de que eu não tinha conhecimento, mas sabia quem tinha.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Fatos são provas, eu entendi. É isso, não é?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – São as provas. Eu me dou por satisfeito. Eu acho que nós podemos continuar perfeitamente com a acareação porque a tudo o que fora dito por ele e que veio a público caberá ao Sr. Cerveró se contrapor.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está muito bem. Então, agora, a partir deste momento, eu passo a palavra ao Dr. Nestor Cerveró, avisando ao nobre depoente também, Paulo Roberto Costa, que, se precisar, pode interromper. É só me sinalizar que eu interrompo na hora. O uso é da mesma forma.

O SR. EDSON RIBEIRO – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Desculpe, mas eu fui alertado pelos Parlamentares – V. Ex^a é advogado também, não é?



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. EDSON RIBEIRO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Mas aqui o senhor não pode me questionar, o senhor não pode pedir questão de ordem. Se o senhor tiver algum Parlamentar que possa pedir para o senhor, se tiver alguma dúvida... É um esclarecimento?

O SR. EDSON RIBEIRO – Só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Por favor, um esclarecimento.

O SR. EDSON RIBEIRO – Nestor Cerveró foi convocado tão somente para a realização de acareação, conforme o requerimento do ilustre Deputado. Nestor Cerveró, por minha orientação, só se pronunciará para esclarecer eventuais divergências entre pontos específicos de seu depoimento que sejam colidentes com depoimentos prestados pelo Sr. Paulo Roberto Costa.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Desculpe...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – O senhor me pediu esclarecimento, o senhor...

O SR. EDSON RIBEIRO – Eu não posso orientar?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu agradeço e concordo com o Plenário. Cerveró, V. S^a está com a palavra. Por favor, se você puder esclarecer o que foi colocado, você fique à vontade, senão vou abrir as perguntas para os Parlamentares, mas primeiramente para o Relator. Então...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, só para deixar claro, a acareação não é entre bancas de advogados, é entre as duas pessoas só.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito bem.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Posso começar?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Por favor. V. S^a está com a palavra.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Senador Gim Argello, Vice-Presidente da...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Sr. Presidente, eu posso ler, então, o esclarecimento, o pedido do advogado?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Agora passou...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Eu não acredito que a banca contratou um Deputado.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – A matéria está superada.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Só se tiver procuração, tem que ter procuração.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Eu estou fazendo uma pergunta ao Presidente. Estou fazendo uma pergunta ao Presidente e gostaria de ter uma resposta dele.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Essa matéria está superada, Deputado Sibá. Está superada essa matéria.

O senhor continua com a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Vamos continuar uma CPI séria, Sr. Presidente.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Deputado Afonso Florence, Dr. Paulo Roberto, Dr. João Mestieri, Srs. Senadores, Srs. Deputados, imprensa, boa tarde. Eu não vou entrar... Quer dizer, eu vou querer primeiramente responder ao Deputado Bacci, que fez a convocação. E, como tal, eu entendi que a convocação se cinge a questões de conflito no meu depoimento com o depoimento que o Dr. Paulo Roberto possa prestar. Então, eu vou começar pelas perguntas, respondendo às perguntas que o senhor me fez, que foram decorrentes da minha última apresentação aqui na CPMI, em setembro.

É que esse microfone está meio... Bom, está me escutando agora? Posso falar?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, questão de ordem, só um minutinho. A minha pergunta é: ele está em que condição aqui? Ele é réu, é testemunha, é indiciado?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Ele é indiciado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Obrigado, Presidente. É que há consequências, não é?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Claro.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Bom, isso não é uma questão conflitante porque faz parte do meu depoimento, e continuo, não mudou, todas as vezes que eu vim aqui, ao Congresso, fiz questão de apresentar – estou respondendo à ordem do senhor – que Pasadena foi um bem negócio, foi um negócio dentro do planejamento estratégico da Petrobras na época e, como tal, foi aprovado pelo Conselho. Esse é um projeto, e inclusive compramos outras refinarias, e outras refinarias foram examinadas para serem compradas. Havia um plano estratégico aprovado pelo Conselho no governo anterior, já em 1999, que previa o refino de 300 mil barris por dia de petróleo brasileiro pesado, no exterior. Então, esse projeto se enquadrava perfeitamente dentro dos requisitos estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração da Petrobras. Então, não há nenhuma contradição nisso. Mantenho isso.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O que afirmei na época foi exatamente isto: a avaliação que foi feita pelos auditores do TCU contém alguns equívocos que levaram a essa divulgação fartamente explorada pela mídia de um prejuízo que inexistente. Inexistente esse prejuízo. Isso está suficientemente demonstrado na nossa defesa, não só minha, mas dos demais diretores que aprovaram isso, e do Conselho, responsável pela aprovação. O Conselho da Petrobras é que é o responsável pela compra de ativos de qualquer espécie. Então, isso não muda meu depoimento, ratifico meu depoimento.

A segunda questão, não entendi a dúvida, porque existe no Estatuto da Petrobras que os diretores, gerentes e conselheiros têm direito à defesa paga pela Petrobras, como está acontecendo agora, quer dizer isso é...

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – A sua defesa está sendo paga pela Petrobras?

O SR. NESTOR CERVERÓ – A minha defesa está sendo paga pelo seguro... É uma forma indireta.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Não, mas é... Tudo bem.

O SR. NESTOR CERVERÓ – A Petrobras tem...

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – A verdade, só a verdade.

O SR. NESTOR CERVERÓ – A verdade. Existe uma figura chamada – é um modelo americano – D&O, seguro que cobre atos de gestão de diretores e conselheiros. Esse seguro a Petrobras sempre pagou e cobre toda atividade de defesa vinculada à gestão desses diretores ou conselheiros.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Consequentemente, a defesa do Paulo Roberto também foi paga por esse sistema? Ao menos na fase inicial?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu não posso...

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – O senhor disse que era a todos.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não. No que diz respeito... O que eu quero dizer é o seguinte: esse seguro cobre...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só um segundinho. Um momento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Só para esclarecer: a defesa do Paulo Roberto Costa a Petrobras não pagou um centavo. A defesa do Paulo Roberto Costa quem está pagando, com muito sacrifício, é Paulo Roberto Costa.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Bom, mas de qualquer forma...

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Só a sua, então, que está sendo paga?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, só a minha, não, porque todos os diretores da Petrobras... Todos os diretores foram imputados pelo TCU. Então, todos os diretores em exercício e ex-diretores têm a defesa paga pelo seguro contratado pela Petrobras.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Em outras palavras, pelo povo brasileiro.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NESTOR CERVERÓ – Isso faz parte da administração das grandes empresas, isso não é uma exclusividade da Petrobras.

Ah, sim, uma ressalva: esse seguro só cobre a defesa. No caso de condenação ou dolo comprovado, o seguro tem que ser ressarcido pelo responsável. Isso faz parte da condição...

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Essa defesa, inclusive no âmbito criminal, em todos os níveis?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Desde que vinculada à gestão. Estou esclarecendo como funciona. Não estou...

A terceira questão eu não entendi. Essa "ratifica"... Eu não ratifiquei nada. Essa terceira questão eu não entendi. O senhor falou de criminoso, não sei o que, que eu ratifiquei... Não, eu não entendi essa questão.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Não. No questionamento do Deputado Imbassahy, foi perguntado ao senhor se o senhor confirmava que Paulo Roberto era um criminoso, o senhor disse que não.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Nunca falei isso.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – O senhor disse que não, porque ele não tinha sido julgado; e, aí, depois, foi argumentado que, por ter feito a delação premiada, ele assumia e se colocava como criminoso – e todo o Brasil sabe disso. Esses foram os questionamentos, e o senhor apenas afirmava que ele ainda não tinha sido julgado.

O SR. NESTOR CERVERÓ – E eu continuo ratificando. Eu não tenho julgamento nenhum sobre o Paulo.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Pode ser criminoso, mas não foi julgado. É isso?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não; não concordo com isso. Aliás, eu falei isso no meu depoimento, da última vez que eu vim aqui, à CPI.

Agora eu entendi a pergunta.

Obrigado.

A questão do esquema de corrupção. Eu ratifico a minha posição: eu desconheço esse esquema e também desconheço qualquer esquema de propinas.

E, finalizando, eu queria fazer um esclarecimento. Eu entendi... Independentemente da questão de o meu advogado poder falar ou não, eu li a convocação; e ela é muito clara. Eu fui convocado, até por uma convocação do Deputado Bacci, para uma acareação e para esclarecer divergências de depoimentos meus e do Dr. Paulo Roberto. Então, é isso que, acho, o meu advogado queria ressaltar. E, aí...

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – O ponto que não foi respondido...



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Por favor, Deputado.

Eu, a exemplo dos senhores, não conheço os termos da delação premiada. Então, eu não vou responder a perguntas que são extraídas de vazamentos ou de possíveis informações ou ilações da mídia. Isso eu quero deixar bem claro. Não é que eu vá me recusar a responder a qualquer pergunta. Eu não vou responder a perguntas que eu desconheço e que os senhores também desconhecem.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Deixe-me apenas... Uma questão que não ficou clara: eu lhe perguntei se o senhor recebeu propina. O senhor fala que desconhece o termo; mas o Paulo Roberto sabe o que disse e o senhor sabe o que fez – se fez ou não fez. Então, entre vocês, vocês sabem.

Então, eu pergunto – e o Paulo reafirma e confirma tudo o que disse – : o senhor recebeu ou não recebeu propinas? Diga "sim" ou "não".

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não; é simples. Eu ratifico o que disse aqui no meu depoimento à CPI, acho que em 12 de setembro...

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Que não recebeu?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não recebi.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Portanto, se o Paulo Roberto afirmou isso, ele mentiu, então, na sua...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu não conheço... Volto a repetir... Aí, o senhor está fazendo uma ilação: "se..."

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Não. O Paulo sabe o que ele disse. Não é ilação.

O SR. NESTOR CERVERÓ – O senhor está entrando no terreno do "se". "Se" não é, não é...

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – O senhor sabe se está dizendo a verdade; não é ilação. E o Paulo sabe se disse isso ou não. Eu só estou fazendo uma conclusão: o senhor está dizendo que o Paulo mentiu.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Volto a insistir: eu não conheço o depoimento do Paulo Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pergunto ao Sr. Nestor Cerveró se deseja fazer mais algum esclarecimento.

Podemos passar ao Relator então?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu só vou insistir nesse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Porque eu já estive aqui, depondo durante cinco horas... Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Foi; eu estava aqui.

O SR. NESTOR CERVERÓ – O senhor estava aqui. E acho que não vou voltar a afirmar ou ratificar questões que já foram esclarecidas, não só aqui



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

como na CPI do Senado e na apresentação que fiz, por duas horas, à Comissão de Fiscalização e Controle, da qual eu não mudo nada.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito bem.

Eu gostaria de alertá-lo, Sr. Nestor Cerveró, que quem vai lhe fazer indagações agora, já que acabou a parte do autor do requerimento, o requerente, é o nosso Relator *ad hoc*, o nobre Deputado Afonso Florence.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Permito.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Trinta segundos. Apenas para não passar em branco o que foi dito aqui. O Sr. Cerveró depôs várias vezes aqui, mas isso não serve muito, porque o Paulo Roberto já deu um depoimento na CPI também e negou tudo, e, agora, fez a delação. Então, as coisas são muito versáteis, mudam muito do dia para a noite aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito bem.

Então, com a palavra o Relator *ad hoc* da CPI, o nobre Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente, Senador Gim Argello; Sr^a Senadora, Srs. Deputados, Sr. Nestor Cerveró, Sr. Paulo Roberto Costa, todos que nos assistem, eu vou, rapidamente, identificar alguns apontamentos preliminares e, depois, dirigir as minhas perguntas.

O requerimento que motivou esta reunião, em sua justificativa, aponta que as divergências a serem objeto da acareação seriam decorrentes do depoimento prestado pelo Sr. Paulo Roberto Costa, na Polícia Federal, no âmbito da delação premiada. Ocorre que esta CPMI não tem acesso ao conteúdo da delação premiada. Esta CPMI, entretanto, tem o depoimento prestado pelo Sr. Paulo Roberto Costa na Justiça Federal e pelo Sr. Nestor Cerveró aqui nesta CPMI. Para esta acareação, portanto, temos dois blocos de objetos distintos. O primeiro é a respeito da existência de esquema de desvio extensivo à Diretoria Internacional; o segundo é a respeito da compra da refinaria de Pasadena.

Bloco 1.

Na Justiça Federal, o Sr. Paulo Roberto Costa afirmou que o Sr. Nestor Cerveró, Diretor da Área Internacional, era ligado a um partido político e que recebia repasses dos contratos da Petrobras com empreiteiras. Disse também que havia articulação com a Diretoria Internacional para um partido político e que essa articulação era feita pelo Sr. Fernando Soares, que foi preso em Curitiba. Já em depoimento prestado pelo Sr. Nestor Cerveró a esta CPMI, em 10 de setembro último, ele disse que não tinha conhecimento da forma como operava ilicitamente o ex-Diretor de Abastecimento, Sr. Paulo Roberto Costa.

Pergunto, Sr. Nestor Cerveró, o senhor tinha conhecimento dos ilícitos e dos desvios ocorridos na diretoria a cargo do Sr. Paulo Roberto Costa?



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Deputado Florence, eu não disse que eu, eu, eu desconhecia os ilícitos. Eu falei que eu desconhecia qualquer esquema de ilícito na diretoria da Petrobras como um todo.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – A minha pergunta tem a ver com essa sua resposta. O senhor tem conhecimento, ou tinha conhecimento na oportunidade, de algum esquema semelhante em outras diretorias?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – O senhor tinha conhecimento, participou de esquema semelhante na diretoria sob vossa responsabilidade?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Semelhante ao que o senhor está se referindo... Não... Eu desconheço qual é o esquema.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Paulo Roberto, nós estamos nos referindo aqui ao processo na Justiça Federal, e não à delação premiada. O esquema estabelecido na diretoria sob vossa responsabilidade correspondia também a um esquema similar na Diretoria Internacional da Petrobras?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – O que eu disse no interrogatório para o Juiz Sérgio Moro eu confirmo.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Bloco 2, sobre a compra da refinaria de Pasadena.

Observamos que, em depoimento prestado à Justiça Federal, ao Sr. Paulo Roberto não foi dirigida pergunta sobre desvios na compra de Pasadena. Em depoimento prestado pelo Sr. Paulo Roberto Costa à CPMI, à CPI do Senado, ele se limitou a dizer que não participou das negociações sobre a aquisição de Pasadena. Já o Sr. Cerveró, por sua vez, em depoimento prestado a esta CPMI, afirmou que discorda da suposta existência aludida na delação premiada divulgada pela imprensa, a cujo conteúdo a CPMI ainda não teve acesso, é verdade, mas divulgada pela imprensa, de que o negócio de Pasadena e outros serviram para abastecer propinas para políticos e partidos. Perguntado pelo Relator da CPMI, na oportunidade, se houve desvios na compra da refinaria de Pasadena, o Sr. Cerveró negou ter conhecimento da existência desses desvios.

Assim, pergunto: Sr. Nestor Cerveró, no processo de aquisição da refinaria de Pasadena houve desvios para fins de propina a agentes políticos ou partidos políticos? Se houve, solicito que o senhor, por gentileza, decline aqui os nomes.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não houve.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Paulo Roberto, no processo de aquisição da refinaria de Pasadena, houve desvios para fins de propina a agentes públicos ou partidos políticos? Se houve, solicito que o senhor, nos termos do depoimento à Justiça Federal, decline aqui os nomes.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Não cheguei a declinar nomes, imagino, mas confirmo tudo o que falei para o Juiz Sérgio Moro, em Curitiba.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente, me dou por satisfeito com relação às perguntas elaboradas no âmbito da relatoria. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nos agradecemos a sua contribuição, Deputado Afonso Florence.

Passo, agora, então, à relação dos inscritos.

O primeiro inscrito, nobre Deputado Carlos Sampaio. V. Ex^a tem 10 min, com cada um dos depoentes. São dois depoentes agora. Não sei se coloco 10 min para os dois ou 10 min para cada um. Consulto o Plenário. (*Pausa.*)

Dez para os dois? É isso que o Plenário... (*Pausa.*)

Dez para os dois. Então, está feito o tempo: 10 min, intercalando. O senhor pode perguntar tanto para um quanto para outro. Pedi que a Mesa deixasse os dois microfones já ligados. Então, vamos às perguntas.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, primeiro, usar esse tempo inaugural que me cabe aqui, para dizer que a postura adotada pelo Sr. Paulo Roberto da Costa, hoje, foi ao encontro da minha expectativa com relação a essa acareação. E por quê? Porque, ao declinar aqui, ao afirmar aqui que efetivamente confirmara tudo o que dissera, portanto, revalida, convalida de forma suplementar aquilo que disse perante o Juiz Sérgio Moro. Ao dizer que, quando fazia narrativa, tinha que apresentar os fatos, ele se referia às provas e, portanto, também fez uma afirmação bastante clara de que aquilo que ele sabia e que tinha o detalhe deu as provas; aquilo que ele não detinha o detalhe, disse quem poderia ter e quem poderia declinar as provas. Portanto, foi um depoimento importante.

Faço um registro, Sr. Presidente, que reputo relevante. Errou o Sr. Paulo Roberto, agiu de forma criminosa, causou um prejuízo ao País, mas agradeço a postura dele da delação premiada, porque quem reconhece o seu erro e procura se redimir, particularmente, em respeito a sua família, perante o Brasil, declinando o nome de todos os corruptos que assaltaram a Petrobras, presta um serviço à Nação. O Sr. Paulo Roberto, hoje, está prestando um serviço à Nação. É uma pena que esses nomes não tenham vindo ainda à luz. É uma pena que, nesta eleição de 2014, ainda muitos eleitores de todo o Brasil votaram em bandidos que assaltaram a Petrobras porque desconheciam essa realidade desse Parlamentar. Votaram em Senadores e Deputados achando que Senadores e Deputados eram, mas não eram. Reitero o que disse em inúmeras oportunidades: bandidos da pior espécie que utilizam o seu mandato público para desviar o dinheiro público da Nação para os seus próprios bolsos, para si mesmos, buscando a sua autorrealização e não a realização daquilo que lhe cabe como Parlamentar.

Essa fala do Sr. Paulo Roberto, aqui, hoje, ao mencionar claramente que reafirma tudo, já veio à luz por revistas de alcance nacional, nomes de Deputados e Senadores, já veio à luz por revistas de âmbito nacional – revistas e



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

jornais de âmbito nacional –, que o Sr. Lula tinha conhecimento do esquema de corrupção que imperava na Petrobras, que a Sr^a Dilma tinha sido notificada inclusive por *e-mail* em que o Sr. Paulo Roberto pede a ela que atue junto ao Congresso para quebrar as posições do TCU. Vejam a importância da fala dele aqui, hoje, ao se redimir, ao reconhecer o seu erro, instado que foi pela sua família. Vejam o alcance disso! Aquilo que imaginávamos é fato.

Eu me permito falar também, nesta oportunidade, nos 10 min que tenho, sobre a fala do Presidente do PT, Rui Falcão, dizendo que iria interpelar judicialmente o Presidente do PSDB, Aécio Neves, porque ele disse que disputou a eleição com uma quadrilha. Onde está o problema em afirmar o óbvio? A Polícia Federal disse que tinha uma quadrilha. O Ministro Félix disse que tinha uma quadrilha. O Procurador-Geral disse que nunca viu tanto dinheiro na sua vida e, efetivamente, confirmou a existência da engrenagem criminosa. E o Sr. Paulo Roberto, na sua fala, disse o quê? A propina ia para o PT, para o PP, para o PMDB, Partidos que disputaram contra quem? Contra Aécio Neves. Ele disputou com uma quadrilha! Disputou com dinheiro desviado por quadrilha para as campanhas eleitorais. Disputou, e o que ele disse está corretíssimo. Eu não mudaria uma vírgula. E o Sr. Presidente do PT, Rui Falcão, imagino que vá ter que processar e interpelar o mundo, a começar por agentes e policiais federais, ministros do STJ, Procurador-Geral da República. Ele vai perder um tempo insano, interpelando. E o que é pior, eu imagino que a resposta da Justiça, diante da interpelação, seja: "Ninguém ali mentiu." Quadrilha havia. Desvio houve. Pagamento de propina, inegável. E aqui também não vou nem entrar na coloração partidária. Alguns dizem: "Mas pode ter gente do seu Partido!" Se tiver, é bandido igual. Igual! Corrupção não tem coloração partidária. Roubou? Assaltou a Petrobras? Tem que haver resposta clara: prisão e devolução do dinheiro.

Portanto, reitero aqui: um serviço prestado à Nação, hoje, pelo Sr. Paulo Roberto. Errou? Merece crítica, merece todo tipo de condenação pela sua falha havida, mas a sua mudança de postura trouxe ganhos ao País. Talvez se ele não tivesse a coragem que teve lá atrás o Sr. Roberto Jefferson, jamais nós iríamos descobrir aquilo que se aventava nos corredores da Câmara, mas que ninguém falava com propriedade e com provas.

O Sr. Paulo Roberto falou com propriedade, com provas e fez muito bem a família ao alertá-lo: "Por que você, tão somente você, se você foi um instrumento disso, obrigado a fazer para viabilizar-se no cargo?! Por que só você?!" Diretores envolvidos, Parlamentares envolvidos, o Brasil vai ter uma limpa sem igual. Empreiteiras envolvidas! Vai haver uma limpa. E acho que deveríamos fazer aqui uma proposta de uma delação premiada para todas as empreiteiras do Brasil pelo prazo de um ano. Quem sabe não vem à luz tudo que tenha que vir, e o Brasil não seja passado a limpo de forma definitiva, adequada e correta, juridicamente falando?



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

E aqui, Sr. Presidente, tomo o maior cuidado em todas as oportunidades. Não prejudgo, não achincalho. Falo aquilo que tenho a convicção, ou porque li, ou porque soube, ou porque foi provado. Então, quero agradecer ao Sr. Paulo Roberto hoje por ter falado o que falou. O Sr. Cerveró tem o seu direito de não se incriminar, tem o direito de não falar aquilo que efetivamente não faz parte de depoimentos contraditórios.

Faria uma única pergunta a ele porque me dou por satisfeito com as respostas dadas pelo Sr. Paulo Roberto.

Ele afirmou que não havia esquema de pagamento de propina na Petrobras. Eu prefiro que ele diga, em razão da contradição havida com o Sr. Paulo Roberto, se ele quer dizer que não havia como de fato disse que não havia ou se ele prefere mudar porque ele desconhecia. Apenas isso.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu desconhecia. Então, pelo fato de desconhecer, para mim, não havia.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado, Deputado Carlos Sampaio.

Passo ao segundo inscrito, Deputado Arnaldo Jardim.

Me desculpe, Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Sr. Presidente, eu queria inicialmente também manifestar a minha satisfação com a ratificação, sem comprometer os benefícios da opção que fez o Sr. Paulo Roberto – até porque parte do seu depoimento a opinião pública tomou conhecimento, pelo menos alguns fragmentos dele –, de tudo que disse prestando neste momento, neste ano, do benefício da delação premiada, um serviço. Aliás a função, o objetivo, a razão de ser da delação premiada é que a sociedade possa ter a oportunidade de extirpar todos aqueles que tiveram uma ação criminosa e predatória diante do interesse público e dos bens públicos.

Em depoimento prestado à Justiça, no dia 8 de setembro, o Sr. Paulo Roberto, ao ser perguntado se havia outros diretores como ele que recebiam valores, afirmou que sim e que, dentre esses diretores, constava o Sr. Renato Duque e o Sr. Nestor Cerveró – depoimento prestado no dia 8 de setembro à Justiça Federal. Afirmou ainda que esse assunto era conversado dentro da Petrobras e que era claro para muita gente a existência desses fatos. Dois dias depois, o Sr. Cerveró, aqui nesta CPMI, no dia 10, portanto, disse desconhecer haver desvio na Petrobras para abastecer caixa de partidos e para pagar propina.

... no dia 10, portanto, disse à CPMI desconhecer haver desvio na Petrobras para abastecer caixa de partidos e para pagar propina.

Eu, primeiro, faço a pergunta, reitero a pergunta ao Sr. Paulo Roberto, se ele ratifica esse depoimento; e pergunto ao Sr. Cerveró se ele, ainda



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

assim, sendo citado, mantém a posição de não saber de nada, que foi manifestada aqui no dia 10.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – O que eu dei, o depoimento para o Juiz Sérgio Moro, eu confirmo.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Pois não, Sr. Cerveró.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Ratifico o que falei, o meu depoimento no dia 10 aqui. Não tenho por que mudar o meu depoimento.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Sr. Presidente, os depoimentos são diametralmente opostos. Alguém está mentindo aqui, provavelmente pela segunda vez, nesta CPMI. A acareação aqui proposta é exatamente para diluir, para resolver pontos que são diametralmente opostos, como esse. Nós precisamos saber qual dos dois está falando a verdade e qual dos dois está mentindo aqui, porque são citações absolutamente contraditórias, frontalmente contraditórias.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu fico imaginando a posição de cada um dos Srs. Parlamentares aqui vendo uma situação dessa.

O senhor pode continuar, Deputado.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Bom, fica o silêncio e fica a pergunta e a dedução de cada qual.

O Sr. Paulo Roberto Costa, também segundo as informações do seu depoimento no dia 8, admitiu que recebeu 1,5 milhão para facilitar a compra da refinaria Pasadena. Já o Sr. Cerveró disse, no seu depoimento aqui nesta CPMI – abro aspas: "É lamentável a gente ouvir que em Pasadena houve crime. Isso para mim é um absurdo. Acho uma injustiça dizer que houve crime no caso de Pasadena. Pasadena é um processo normal, dentro dos padrões da Petrobras" – aliás, já reafirmado aqui hoje –, fecho aspas.

Tendo sido... E a pergunta é para o Sr. Cerveró, já que o depoimento do Sr. Paulo Roberto já foi dito, e ele já ratificou aqui diversas vezes o que já disse, e eu estou apenas aqui citando, circunstanciando a pergunta. Tendo o Sr. Cerveró sido responsável por uma carta de intenções que, segundo o Tribunal de Contas da União, teria gerado um prejuízo extra de US\$300 milhões nessa negociação, pergunto ao senhor: qual o valor que o senhor recebeu no processo da compra dessa refinaria?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Essa carta já faz parte da defesa. Essa carta não foi reconhecida como... com o valor comercial disso. Isso faz parte da... E o TCU reconhece isso. E eu não recebi nada. Eu fiz o procedimento normal. O senhor está falando da carta de intenção. Foi a carta que abriu as negociações para a compra da segunda fase. Não houve nenhum recebimento da minha parte por ter feito essa carta. Inclusive, isso não consta da imputabilidade, da colocação feita pelo TCU.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – A carta... Mas a carta existiu, Sr. Cerveró. A carta foi publicada, inclusive. E a pergunta que quero fazer, que eu insisto com o senhor para esclarecer, que é o objetivo: se o Sr. Paulo Roberto Costa, que era de uma outra diretoria – Diretoria de Abastecimento, que, *a priori*, não teria nada a ver com essa negociação –, admite ter recebido uma propina de 1,5 milhão, o senhor, que escreveu essa carta, gerando um prejuízo, repito, admitido pelo Tribunal de Contas da União, de US\$300 milhões, o senhor teria recebido quanto? O senhor foi o agente direto disso.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu já respondi...

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS - SP) – Ainda que esta carta tenha tido esta ou aquela validade, segundo a sua interpretação, ela existiu. Então, se quem não tinha nada a ver e participou de forma coadjuvante admite ter recebido R\$1,5 milhão, quem intermediou isso, produzindo um prejuízo de US\$300 milhões, recebeu quanto?

O SR. NESTOR CERVERÓ – O senhor está repetindo a mesma pergunta. Essa carta, isso não faz parte da acusação do TCU. De qualquer maneira, volto a ratificar o que eu afirmei aqui no meu depoimento: não houve recebimento de nenhuma importância, e Pasadena não foi só a carta, vamos esclarecer. Eu não vou deixar de assumir... Pasadena foi um processo conduzido pela área internacional e aprovado pelo Conselho de Administração da Petrobras. Isso é importante, por isso que quero reafirmar isso. A carta é um dos detalhes da compra da segunda fase. O processo de aquisição da Refinaria de Pasadena foi conduzido dentro das normas da Petrobras, isso não muda uma vírgula do que eu falei no meu depoimento e foi devidamente aprovado pelo Conselho de Administração da Petrobras, instância responsável pela aprovação da compra de ativos.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

A imprensa noticiou fartamente um *e-mail* que o Sr. Paulo Roberto Costa enviou à então Ministra-Chefe da Casa Civil, hoje Presidente da República, Dilma Rousseff. Neste *e-mail*, além de alertar sobre as irregularidades encontradas pelo TCU, o Sr. Paulo Roberto também apresenta a ela...

(Soa a campanha.)

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – ...o Sr. Paulo Roberto também apresenta à então Ministra-Chefe da Casa Civil a solução política adotada anteriormente para não haver a paralisação das obras, já que o TCU tinha sugerido a paralisação das obras.

Então, pergunto ao Sr. Paulo Roberto se ele confirma isso, que também foi parte de seu depoimento à Justiça Federal no dia 8 de outubro.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Positivo...



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – A existência da carta nesses termos.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – É, até acho que foi importante essa sua pergunta aí porque a imprensa deturpou um pouco esse processo desse *e-mail* que foi mandado. Primeiro, como fala a imprensa, eu teria passado por níveis hierárquicos, que competia a mim relatar esse processo ou essa dificuldade e não é fato. Esse *e-mail*, quando foi passado, era de conhecimento do Presidente da Petrobras e foi-me pedido...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – O Sr. Gabrielli, na época.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Gabrielli, na época. E foi-me pedido pela Casa Civil para que eu mandasse esse *e-mail* diretamente para a Ministra da Casa Civil na época, nossa atual Presidente, Dilma. Então, foi-me pedido pela Casa Civil que esse *e-mail* fosse mandado para ela. Então, não houve, como a imprensa falou, que eu...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Atropelo de hierarquia...

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Isso não é fato...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – ...já que a própria Casa Civil, segundo o senhor está dizendo aqui...

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Isso.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – ...solicitou que o senhor mandasse diretamente essa carta nos termos que foi mandado, inclusive registrando as refinarias e as obras que estavam sendo objeto da condenação.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Isso. Exatamente.

Outra coisa também que não é correta na reportagem que saiu sobre esse fato é que me imputa como se eu estivesse querendo continuar com o processo, então teria que ter uma ação política para continuar com o processo. Nessa época eu estava já enjoado desse processo todo. Então, eu não mandei esse *e-mail* com o objetivo de continuar um processo com o qual não estava mais satisfeito. Esse é um outro fato que tenho que relatar aqui. Quando mandei esse *e-mail*, foi para alertar que estávamos com problemas, eu não estava colocando esse *e-mail* para que esse *e-mail* tivesse uma solução para continuar um processo com que não estava satisfeito.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – O senhor me permite, Sr. Paulo Roberto. Essa carta, esse *e-mail* foi enviado no dia 29 de setembro de 2009.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E, se foi provocado pela Casa Civil, pode-se deduzir que ela já sabia dos fatos ocorridos.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Não, eu não posso concluir. Eu não posso concluir isso.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Mas o senhor disse aqui que o Gabinete Civil pediu que o senhor fizesse...

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Sim. Sim.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Portanto, aquela suposição que a mídia fez de uma quebra de hierarquia, o senhor não ter se reportado ao Sr. Gabrielli, que era o Presidente da Petrobras, e ter ido direto ao Gabinete Civil, o senhor disse aqui que foi uma provocação, foi uma solicitação, foi uma sugestão feita pelo Gabinete Civil.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – É. O Presidente Gabrielli sabia do fato, não era desconhecimento do Presidente Gabrielli. Ele sabia do fato, porque, em 2007, já tinha ocorrido um problema desses. Então, o Presidente Gabrielli sabia do fato.

Eu não ultrapassei nenhuma, nenhum patamar dentro da hierarquia. Me foi pedido, consta do *e-mail* o nome da pessoa da Casa Civil que me pediu – que eu não lembro mais o nome, mas no *e-mail* está lá o nome da pessoa –, a pedido da Chefe da Casa Civil, que mandasse, vamos dizer, os pontos que estavam com dificuldade em relação ao TCU,. Eu assim o fiz, cumprindo minha função de diretor. Agora, não é correto o que saiu na imprensa, que eu teria feito isso para continuar em um processo com que eu não estava satisfeito com esse processo. Isso eu não concordo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Sr. Presidente, só para constar que V. Ex^a, pedindo aqui anuência do nosso Deputado Aldir...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Sr. Presidente, eu estou no meio da minha...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Sim, no meio da arguição.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Por favor, Sr. Presidente. Eu queria que V. Ex^a me garantisse a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Estou garantindo a palavra ao senhor, Deputado Arnaldo.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Eu só estou querendo...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Estou pedindo a V. Ex^a questão de ordem porque me cabe, segundo o art. 153 do...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só um minutinho, Deputado Sibá. Deixa só ele concluir.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Mas era sobre o tema.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Sr. Presidente, eu preciso só concluir.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – V. Ex^a deveria me permitir, porque é dentro do tema. Depois, já foi.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Mas não permito, Deputado. Eu não permito, Deputado Tião, com todo respeito que V. Ex^a merece de mim. Eu queria só concluir, porque é um fato novo aqui. Há um fato novo que não estava, pelo menos, no registro, de que essa quebra de hierarquia não foi produzida, porque houve uma solicitação, houve uma provocação do Gabinete Civil. Se houve



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

uma provocação do Gabinete Civil – e aí não é o que diz o Sr. Paulo, não está dizendo isso, é uma dedução que eu me permito fazer –, já se tinha conhecimento dessas irregularidades e se pediam as informações por quem de direito. Então, ao mesmo tempo, o Sr. Cerveró, no começo dessas investigações, isentou de culpa total a Presidente pela compra de Pasadena, dizendo que era uma decisão colegiada. Porém, recentemente, parece ter mudado de opinião. Em sua defesa, na Comissão de Ética Pública da Presidência, transferiu a responsabilidade pela compra da Refinaria de Pasadena para a Sr^a Dilma Rousseff.

Quer dizer, o Sr. Cerveró, sozinho, apresentou uma contradição, e eu pergunto, portanto, a ele: por que essa mudança de estratégia? Qual é a convicção que ele tem hoje sobre esses dois momentos em que ele, no início, procura isentar totalmente e, agora, na Comissão de Ética da Presidência da República, admite a responsabilidade também compartilhada da Presidente Dilma Rousseff? Eu pergunto ao Sr. Cerveró.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu quero esclarecer que eu não mudei minha posição, inclusive a resposta enviada ao Comitê de Ética foi enviada... Está aqui. De quando foi? Foi enviada em 13 de maio. Consulta feita pelo Comitê de Ética, ou seja, a requisição. Já consta, aqui, na resposta que nós enviamos ao Comitê de Ética, que a responsabilidade pela aquisição de ativos na Petrobras, ativos no Brasil e no exterior, cabe ao Conselho de Administração. Isso eu repeti aqui na apresentação na CPMI. Então, não mudei, o senhor vai me desculpar, mas eu não mudei minha opinião – opinião não, desculpe. Eu não posso... Não é questão de opinião, é questão estatutária. E foi isso que foi informado, formalmente, em 13 de maio, na resposta que eu enviei ao Comitê de Ética e que, depois, inclusive consta da nossa defesa já enviada ao TCU.

Então, não há nenhuma mudança de posição, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado. Eu agradeço...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Sr. Presidente, o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Desculpe. O senhor já passou três minutos do seu tempo, eu não posso, porque já estão chamando, estão faltando dois Senadores apenas para começar a Ordem do Dia e, quando começar a Ordem do Dia, eu vou ser obrigado a interromper. Para que isso não aconteça, vou seguir exatamente o relógio, para todos possam indagar, todos possam perguntar, enquanto não for convocada a minha participação.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Pois não, Presidente, agradeço a V. Ex^a e dou por encerrada a minha participação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu é que agradeço.

Pergunto ao nobre Deputado Sibá...



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Eu gostaria, Sr. Presidente, porque primeiro que acho...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pois não, isso é uma questão de ordem, Deputado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Exatamente, art. 153, do Regimento do Senado. É que reporta de novo sobre o motivo do requerimento do Deputado Enio, sobre os assuntos que foram divergentes nos depoimentos e que ele traz aqui para esta acareação. E gostaria de lembrar V. Ex^a, porque, se não nos ativermos a isso, vou ter que pedir, a cada vez que um orador fizer isso, recurso ao Regimento do Senado, art. 153, que não vou ler aqui, até para poupar o tempo de V. Ex^a e o nosso aqui. Mas só estou pedindo, e por isso que interrompi, no meio da fala do Deputado. Se não tivesse feito, durante a fala do Deputado, qual seria o momento em que poderia posso fazer?

Então, quero recorrer, mais uma vez, ao Regimento Senado, no seu art. 153, para a observância dos pontos que motivaram o requerimento do Deputado Enio. Sobre este ponto, cada vez em que achar que não se está seguindo esta regra, vou recorrer a esse artigo do Regimento. É apenas uma observação que quero fazer à Presidência de V. Ex^a: a cada momento que tivermos que tratar do assunto, eu pediria que observasse a questão.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Como Líder; o tempo do Líder, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Como Líder, não, porque tenho uma resposta já para o nobre Deputado Sibá Machado, que respeito muito. A Mesa me informa que, nos pontos divergentes, somos obrigados a seguir também o que diz o Código Penal. Então, está na mais perfeita ordem.

Deputado, como Líder, Antonio Imbassahy, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Presidente, Senador Gim, Srs. e Sr^{as} Senadoras, Deputadas e Deputados, senhores ex-Diretores da Petrobras, advogados, realmente é lamentável uma sessão feito esta, o Brasil assistir à acareação de dois ex-Diretores de importantes áreas da principal empresa do País, orgulho de todos nós, a Petrobras. É realmente uma coisa vergonhosa. Sinceramente, nós não merecíamos passar por isso, uma situação em que a nossa principal empresa hoje é objeto de investigação não apenas no Brasil, mas na Holanda, pelo Ministério Público daquele País; pelo Departamento de Justiça do Governo americano; pelo Ministério Público da Suíça; e mais recentemente agora há notícias de empresa da Suécia que também vai investigar essas questões da Petrobras.

É uma tristeza muito grande, mas serei objetivo, Sr. Presidente, dirigindo-me inicialmente ao Dr. Nestor Cerveró, que a bem da verdade, sempre afirmou aqui que a responsabilidade pela compra e venda de ativos



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

estatutariamente pertence ao Conselho de Administração da Petrobras. V. S^a sempre afirmou isso aqui em diversos depoimentos. E hoje até anotei, registrei, que foi dito por V. S^a, aspas: "O Conselho da Petrobras é que é responsável pela compra de ativo de qualquer espécie."

A primeira pergunta: V. S^a, então, está afirmando que a responsabilidade pela compra de Pasadena é também da atual Presidente da República Dilma Rousseff?

(Soa a campainha.)

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Sr. Presidente, desculpe a minha interrupção. Eu gostaria de observar o Regimento desta Casa.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Por favor, Deputado, eu fiz uma pergunta.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – O Líder está fazendo uma pergunta. Não se está respeitando, Presidente. Uma pergunta do Líder, Presidente, garantia da palavra dele.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Eu fiz uma pergunta, Deputado Sibá, eu fiz uma pergunta. Ele está interrompendo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Sr. Presidente, um minuto, gostaria que o Presidente pudesse... Em primeiro lugar, estou falando sobre a questão de ordem. V. Ex^a interferiu, só um minuto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Ele está no meio de pergunta do Líder. E a garantia da palavra dele?.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) –

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Estou falando sobre a questão de ordem, e V. Ex^a indeferiu....

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Estava no meio da pergunta, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Só um minuto, só um minuto.

Presidente, por favor, questão de ordem: no art. 229 do CPP, diz exatamente o que eu estava perguntando...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só um minutinho.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Eu quero perguntar a V. Ex^a...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só um minutinho, Deputado Imbassahy.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Se for quanto à questão de ordem levantada, Deputado Sibá Machado, no seu passado agora sobre matérias que foram relacionadas ao requerimento do nobre Deputado



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Enio Bacci, essa matéria faz parte do requerimento. Por isso que estou deixando evoluir, porque essa matéria, o caso Pasadena, faz parte do requerimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Não, estou perguntando outra questão, só fiz a pergunta a V. Ex^a. Em primeiro lugar, responda-me só o seguinte, quanto à questão da fala do Deputado Imbassahy, Líder do PSDB

Em primeiro lugar, responda-me só o seguinte, quanto à questão da fala do Deputado Imbassahy, Líder do PSDB, a pergunta é se ele está falando como Líder, porque ele pediu a palavra como Líder. Se ele está falando como Líder, se ele pode arguir diretamente...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Ah, muito bem!

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – ...os depoentes. É isso que eu quero perguntar a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – V. Ex^a está com a razão. V. Ex^a está com a razão. Se for na condição de Líder...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Eu interrompo...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Exatamente.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, eu interrompo o meu tempo e dou permissão para que o Dr. Nestor Cerveró responda. É só isso. Não tem nenhum problema.

Então, gostaria que o senhor respondesse a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Por favor.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Deputado, embora não seja uma questão conflitante em termos de depoimento – eu não vi nenhum depoimento contrário –, eu simplesmente vou ratificar o que já afirmei aqui: a responsabilidade é, estatutariamente, do Conselho. Só isso.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Então o senhor está afirmando que a Presidente Dilma, que presidia o Conselho de Administração, tem responsabilidade pela compra de Pasadena. Sim ou não?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu estou afirmando que o Conselho é responsável pela compra de ativos.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Então o.k. Confirmou, então.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu quero, agora também, me dirigir ao Dr. Paulo Roberto Costa, que deixou claro, numa manifestação até tocada pela emoção – percebemos todos –, que tomou a decisão de fazer a delação premiada, que já foi inclusive objeto de uma fala do nosso Deputado Carlos Sampaio elogiando essa decisão, para acalmar a sua alma e em respeito a sua família – esposa, filhas, genros e netos –, depois de conviver seis meses na carceragem, inclusive aduziu aqui que essa questão da Petrobras também se estende por outros setores da



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

nossa economia, como usinas hidrelétricas, certamente, estradas, portos e aeroportos.

A indagação que eu faço ao Dr. Paulo Roberto segue a mesma linha do Deputado Jordy. Com relação àquele *e-mail*, Dr. Paulo, que foi enviado à Ministra Chefe da Casa Civil na ocasião, a Presidente Dilma...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Eu insisto em perguntar se o senhor está falando, Deputado Imbassahy, na condição de Líder. O senhor não pode fazer pergunta.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Eu não permito o aparte ao Deputado Sibá.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Não estou! Eu estou na minha questão de ordem!

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Eu quero continuar...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Eu sou Parlamentar também!

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Não é questão de ordem! Não é questão de ordem!

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Tenho o direito de fazer a pergunta à Mesa, questão sobre o requerimento... o Regimento!

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Qual é a questão de ordem? Qual é a questão de ordem?

Presidente, Presidente...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Estou perguntando regimentalmente se V. Ex^a...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Eu não vou responder.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – ...está falando como Líder!

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Eu estou usando... Eu estou usando...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Se estiver, V. Ex^a não pode arguir!

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Eu estou usando o meu tempo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Como é que toda vez que é para lhe ajudar o requerimento vale? Quando é para eu usar, o Regimento não vale? Que estória é essa?

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Deputado Sibá...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Estou fazendo uma pergunta objetiva!

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Deputado Sibá...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – V. Ex^a pediu a palavra como Líder! E como Líder V. Ex^a não pode fazer as perguntas. Ou mudou o Regimento de uns dias para cá? Porque, nesta CPMI, em vários momentos, os Líderes só falaram e não podiam perguntar. Por que hoje pode? Essa é a minha pergunta!



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Deputado Sibá Machado, o Deputado Antonio Imbassahy está correto. O senhor não fez uma pergunta agora. No caso do Nestor Cerveró, permitiu o que já tinha sido construído. Agora o senhor está fazendo um comentário com ele, que não vai lhe responder.

Eu vou passar logo para outro.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Se ele puder responder ou não.

Gostaria até que V. Ex^a observasse o meu tempo, porque fui interrompido...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – O senhor tem mais um minuto.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – ...de uma maneira até intempestiva e um tanto quanto excitada pelo Deputado Sibá.

Mas a colocação que eu faço – e espero que o Dr. Paulo Roberto retorne – é com respeito a esse *e-mail*, esse *e-mail* que foi divulgado por uma grande revista de conceito nacional e que passava a impressão de que o Dr. Paulo Roberto estava ultrapassando os limites da sua hierarquia: ele, enquanto Diretor da Petrobras, se dirigindo diretamente à Ministra Chefe da Casa Civil no momento, a Presidente Dilma Rousseff. Aquela impressão que passava, Dr. Paulo, era de que V. S^a estava encaminhando alternativas para que as práticas de irregularidades pudessem prosseguir. Pelo que nós percebemos, todos aqui, não era isso o que V. S^a estava desejando, que V. S^a foi induzido, aliás, que alguém da Casa Civil, que V. S^a não declinou o nome, lhe solicitou que passasse esse *e-mail* e que também o então Presidente da Petrobras, portanto o seu superior hierárquico, conhecedor do fato, teria permitido – mas de qualquer maneira, conhecedor, achou aquilo normal, que fosse enviado aquele *e-mail*. Então, se o Dr. Paulo puder usar da palavra para reafirmar, mais uma vez, que essa compreensão era com o propósito exatamente de corrigir coisas equivocadas que estavam atormentando sua alma e que V. S^a disse inclusive que já não aguentava conviver com tantas e tantas pressões.

Aquele *e-mail* foi com o propósito de alertar à então Chefe da Casa Civil para interromper o processo, corrigir as irregularidades que aconteciam na Petrobras, Dr. Paulo? O senhor poderia fazer algum comentário?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Eu vou repetir aquilo que eu mencionei aqui anteriormente.

Em relação à hierarquia, foi-me solicitado que passasse diretamente, conforme eu já mencionei aqui. Era de conhecimento do Presidente da companhia. E, contrariando o que saiu pela imprensa de que, com aquilo, eu queria me favorecer de continuar um processo, não é verdade, porque esse processo estava me enojando! E eu fiz aquele alerta de que nós estávamos com problema. Esse foi o alerta que eu fiz. Não fiz nenhum alerta para continuar num processo porque eu não estava satisfeito com aquele processo.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

É isso que eu teria para comentar.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Para pôr fim, naturalmente, àquele processo todo; mas não houve nenhuma reação que atendesse à expectativa de V. S^a no sentido de que houvesse uma decisão, uma posição firme da Casa Civil e da Presidência da Petrobras para interromper aquelas irregularidades?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – É, esse detalhamento eu não conheço. Eu não posso colocar.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Muito bem. O.k. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Agradeço...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, só para encerrar, nós estamos dando entrada também num requerimento convocando a Dr^a Erenice Guerra, que foi o braço direito da então Ministra Chefe da Casa Civil Dilma Rousseff, porque ela foi também alertada por um *e-mail* passado pelo advogado Claudismar Zupiroli, alertando para esses problemas todos, e realmente a gente não tem nenhuma informação das providências que foram tomadas na oportunidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Agradeço, Deputado Imbassahy.

Passo a palavra ao próximo inscrito, terceiro inscrito...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Antes, porém, pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu não quis interromper a fala de absolutamente ninguém, mas confesso a V. Ex^a que estou aqui sem entender. Então, gostaria que V. Ex^a deixasse mais claro a este Plenário, mesmo porque estou inscrita, em primeiro lugar, como Líder de Partido, mas, em outras...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Se a senhora quiser falar como Líder...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – ... a senhora tem cinco minutos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Perfeito. Mas são cinco minutos com a possibilidade de questionamento ou não?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Não.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM)

– E o Deputado que acaba de usar do seu tempo de fala falou como Líder ou falou como orador inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Ele pediu como Líder, Senadora Vanessa Grazziotin, indagou um parlamentar, e, como eu estava concentrado nas perguntas – eu acho que é a primeira vez que nós estamos fazendo uma acareação aqui –, o acareado respondeu a ele. Aí, como isso aconteceu a primeira vez... Mas eu queria deixar o alerta de que quem pedir como Líder não pode mais dirigir perguntas. Foi um erro desta Presidência que eu assumo, não tenho dificuldade nenhuma.

Próximo inscrito, Deputado Onyx Lorenzoni.

Se a dúvida era essa, está esclarecida.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM)

– Obrigada.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, causa-me muita curiosidade de saber do Sr. Paulo Roberto Costa...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Deputado Onyx, o senhor falará por dez minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Dez minutos...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ... com réplica e tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – O que significa estar enjojado? Porque o *e-mail* que foi enviado alertava para as ações que o Tribunal de Contas da União tomava e que impediam as obras da Petrobras; e o filho bastardo desse tipo de ação, que nós conhecemos e aprovamos aqui – não com meu voto, óbvio, e de muitos parlamentares que se contrapuseram –, é o RDC, o Regime Diferenciado de Contratações, que afastou a Lei de Licitações, afastou as exigibilidades, e a roubalheira se instalou, tanto é verdade que o acareado de hoje diz que "o processo que ele viveu na Petrobras e que ele se enjojou se espalhou por rodovias, estradas, portos, aeroportos, hidrelétricas". Isso foi dito aqui. Está gravado. O que é isso? Foi o resultado daqueles *e-mails* do passado.

E eu queria muito saber o que significa esse enjojamento – acho que isso contribuiu para a nossa investigação –, porque esse enjojamento só acabou quando o Juiz Sérgio Moro colocou na cadeia, até então, ele só ficou nas considerações internas do Sr. Paulo Roberto Costa. Ele não se expressou por nenhuma ação que pudesse dar fim a essa situação. Então, eu queria que ele explicasse o que é o enjojamento e por que não tomou nenhuma ação para desenojar o processo?



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Primeiro, quando você está num processo desses, é um processo em que, muitas vezes, você entra e não tem como sair, é um processo muito complicado. E, segundo, saí em 2012, eu pedi demissão. Em abril de 2012, eu entreguei a minha carta de demissão, porque o processo continuava. Eu não estava lá até agora, em 2014. Em abril de 2012, eu saí da companhia.

Foi isso.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Há setores do Governo que dizem ou que afirmam que o senhor foi afastado da Diretoria, e isso foi inclusive falado aqui.

É outro questionamento que eu também queria fazer é o seguinte: Pasadena é um erro, e, na estratégia de algumas das pessoas envolvidas em Pasadena, ao compartilhar a decisão com a Diretoria Executiva da Petrobras, o objeto é sinalizar que havia ordem de cima para levar o projeto até o fim ou significa apenas um compartilhamento de responsabilidades para fugir de uma eventual condenação? Como é que o senhor vê isso?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – A participação de Pasadena, a minha participação não foi direta, porque, como o Diretor aqui mencionou, é uma participação da área internacional. Ele que fez, vamos dizer, todo o processo com a equipe dele. Mas eu queria colocar aqui novamente e afirmar o que o Nestor colocou: a responsabilidade, pelo Estatuto da Petrobras, a responsabilidade final de aprovar uma compra de um ativo como Pasadena é 100% do Conselho de Administração. E a Petrobras tem uma diretoria que faz uma indicação. Então, o Nestor foi lá, levantou.

Eu concordo quando ele falou: era importante para a Petrobras aquela refinaria naquele momento. Os valores que estão sendo colocados pela mídia não estão corretos – estou falando mais em defesa dele do que minha, porque não é minha participação direta –, mas ele está correto.

Ele colocou na Diretoria, e a Diretoria fez um encaminhamento para o Conselho. A Diretoria da Petrobras não tem autonomia para compra de um ativo como Pasadena. Então, eximir o Conselho de Administração a respeito da compra de Pasadena é um erro.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sr. Paulo Roberto, esse é o meu último questionamento para o senhor. O senhor estava enojado de ser instrumento do pagamento de propina para o PT, PMDB e PP?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Nobre Deputado, esse ponto eu já detalhei no meu processo, junto com o Juiz, junto com a delação. Então, eu não vou me estender, mas está dentro do processo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Obrigado.

Quereria agora me voltar um pouquinho para o outro acareado de hoje.

No dia 8 de outubro, Alberto Youssef ao Juiz Sérgio Moro: "Existiam também outras diretorias da Petrobras que também operavam com *modus*



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

operandi semelhante?" Interrogado: "Eu acredito que todas." "O senhor poderia mencionar alguns nomes de diretores, até para melhorar a sua colaboração e outras diretorias envolvidas?" "Na área internacional que eu me lembro, primeiro, o Nestor Corrêa; Nestor Corrêa que eu disse." É o depoimento do Sr. Paulo Roberto Costa ao Juiz Sérgio Moro.

Eu vou pedir atenção, Presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, eu vou pedir atenção, porque eu obtive um trecho. O Sr. Nestor Cerveró disse que o Sr. Paulo Roberto não viu o que ele falou. Ele vai ouvir o que ele falou:

(Procede-se à execução de áudio.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sr. Nestor Cerveró, aqui tenho duas perguntas iniciais ao senhor.

O senhor acabou de ouvir o depoimento dado ao Juiz Sérgio Moro. Então, o senhor agora não pode alegar desconhecimento. A voz é a do Sr. Paulo Roberto Costa, e a voz é a do Juiz Sérgio Moro. O senhor está sendo, formalmente, no âmbito de uma delação premiada, acusado de receber propina, acusado de participar de um esquema criminoso na sua diretoria. Essa delação premiada já foi aceita pela Justiça. Portanto, deve haver outros elementos que dão substância ao aceite da Justiça, tanto é que o Sr. Paulo Roberto Costa teve uma série de benefícios que já lhe foram estendidos, ainda antes do julgamento final.

Primeiro: quem é o político que lhe indicou para o cargo que o senhor ocupa, e muito ligado ao PMDB, como foi dito no curso do depoimento ao Juiz Sérgio Moro? E segundo: o que o senhor tem a dizer, agora que o senhor está confrontado...

(Soa a campanha.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ...com um depoimento que lhe acusa diretamente de ser um dos corruptos da Petrobras?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu não sei qual é o político e eu nego essa acusação.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Alguém está mentindo aí.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sr. Presidente, é evidente que tudo que estamos fazendo aqui...

Quero requerer a V. Ex^a duas coisas: primeiro, o tempo de Líder do Democratas, para complementar a minha análise – e aí vão se agregar mais cinco minutos ao meu tempo –, e, segundo, Sr. Presidente...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Está na ordem?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – É um direito, Sr^a Vanessa.

Sr. Presidente, só para completar – e posso usar até menos do que isso, Senadora Vanessa –, quero requerer que a CPMI envie toda a gravação e a



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

degravação desta acareação à 13ª Vara de Curitiba, ao Juiz Federal Sérgio Moro, porque ele vai poder usar, com muita inteligência e com muita competência, o que nós estamos produzindo nesta tarde aqui. Este é um pedido formal que faço a V. Exª, com urgência. V. Exª pode designar de ofício, não há necessidade de aprovação, nem de ouvir o Presidente, que não está – está já rumo ao TCU, pelo que se sabe. A V. Exª, que tão bem está se conduzindo no comando desta CPMI, eu queria solicitar que, de ofício, isso fosse determinado, porque o Juiz Sérgio Moro tem um material extraordinário aqui, por tudo o que nós ouvimos.

E acho, suponho que a 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba vai abrir outras linhas de investigação, porque o que aqui foi dito é a confirmação daquilo que há muito tempo nós falamos, de que nós temos, no Brasil, um processo: esse "clube do bilhão" da Petrobras não está apenas na Petrobras; está no DNIT, está na Eletrobras, está no PAC e está nas obras da Copa. Eu quero resgatar que, quando passou o RDC – está lá gravado para quem quiser ouvir –, da tribuna da Câmara eu disse: "Está se abrindo a larga porteira da corrupção no Brasil." E foram obras da Copa, obras das Olimpíadas, hospitais, postos de saúde e escolas, e até presídio hoje.

"Está se abrindo a larga porteira da corrupção no Brasil." E foram obras da Copa, obras das Olimpíadas, hospitais, postos de saúde e escolas, e até presídio hoje.

Portanto, é de uma gravidade extrema a palavra que foi dada aqui, do Sr. Paulo Roberto Costa, quando ele disse que a Petrobras não era o único lugar. Esse processo está contaminando o Brasil. E, se esta CPI, até agora, por uma série de razões que nós podemos compreender, ainda não obteve, do ponto de vista investigativo, diretamente com relação à Petrobras algo mais relevante, nós nesta tarde, justificamos esta existência, porque no momento em que se confrontam duas versões e se mantém uma estratégia de defesa, que eu posso reconhecer mas não preciso aceitar, porque é claramente uma estratégia da defesa do Sr. Cerveró que vai cair, talvez o Sr. Sérgio Moro entenda que cai mais facilmente se tirar uns dias lá na carceragem da PF de Curitiba. Mas isso quem decide é ele, eu posso apenas ter uma leitura.

Por outro lado, aquilo que diz aqui o Sr. Paulo Roberto Costa... E aí concordo com que, no arrependimento, em virtude do amor a sua família, que eu respeito, os prejuízos que ele causou ao Brasil ele está minimizando, no momento em que ele nos ajuda, ajuda o País a entender como funciona o setor público brasileiro. Porque muita gente, a partir de janeiro e fevereiro, quando a delação premiada estiver processada no Supremo Tribunal Federal, vai vir aqui apontar dedo para Senador, para Deputado, e quem for corrupto nós vamos cortar a cabeça! Não tem problema nenhum. Nunca passei a mão na cabeça de ninguém.

Agora, o importante é dizer que nenhum Senador, nenhum Deputado tem caneta para assinar contrato da Eletrobras, da Petrobras e do DNIT, só para ficar em alguns exemplos. A caneta está do outro lado da rua, está lá no Palácio do



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Planalto. E, nas entrelinhas dos depoimentos, nós vemos claramente que havia um esquema em curso e me permitem raciocinar por que a Sr^a Maria das Graças Foster, que ocupou a Diretoria de Gás e Energia...

(Soa a campainha.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ...Presidente da Petrobras, acumula a Diretoria Internacional. É para melhorar ou para apagar impressões digitais? É para tornar técnica a gestão da Petrobras ou é para diligentemente apagar as pegadas? Esse é o questionamento.

Maria das Graças Foster é braço direito de Dilma Rousseff. O Palácio tremeu quando se provou, dentro deste Parlamento, que havia o parecer jurídico da Petrobras mostrando para a Diretoria Executiva que havia cláusulas lesivas à Petrobras, e a decisão tomada pelo Conselho da Petrobras foi de levar Pasadena adiante. Pasadena é apenas a ponta de um *iceberg* terrível, e talvez a tarde de hoje permita que esta CPMI, reeditada na próxima legislatura, possa ajudar o Brasil a ser passado a limpo.

Deus queira que esse dia chegue, porque esse dia vai fazer bem ao Brasil e aí eu vou vir ao microfone e vou dizer ao Sr. Paulo Roberto Costa: "O senhor errou, o senhor prejudicou o País, o senhor prejudicou a Petrobras, mas o senhor diminuiu o que fez ao Brasil, abrindo, desvendando essa terrível teia, esse polvo de corrupção que mina o Governo Federal, lamentavelmente, há 12 anos."

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sou eu o próximo inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – O senhor é o próximo inscrito na ordem? Eu gostaria de perguntar se há algum Líder querendo falar agora, porque estou intercalando...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só um minutinho. Pois não, Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – É pela ordem, porque, quando a gente faz a inscrição, escreve o nome e preenche um X, se é titular ou Líder. Imaginei, olhei e preenchi titular e Líder. Imaginei que os que queriam falar como Líder assim o fizessem e na minha frente só havia dois outros Líderes inscritos. Por isso que perguntei a V. Ex^a. Então, V. Ex^a pode confirmar que nos quadradinhos a serem preenchidos, além de mim, há mais dois outros Líderes, antes de mim?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Tem mais dois outros Líderes antes da senhora e mais dois Líderes depois.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Quem eram os dois Líderes antes de mim?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Líder Antônio Imbassahy e o Líder Marcos Rogério.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM)

– Então, são os dois primeiros pela ordem, depois eu. Porque, quando foi feita a inscrição, a gente pediu como titular e como Líder, que não foi o caso do Deputado que me antecedeu, mas eu não vejo problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Como eu tenho que fazer o escalonamento, Senadora, eu vou passar a palavra ao nobre Deputado Izalci Lucas, agora, que é o próximo inscrito, e, logo em seguida, vem o Marcos Rogério, que vai falar como inscrito e, se quiser, fala como Líder também. E eu dou essa condição para todo aquele que for Líder, independente de quem for. Se for Líder, na hora que chegar a inscrição dele, fala como inscrito e também pode falar como Líder.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS - TO) – Presidente.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Presidente, pela ordem. Qual é a ordem...

(Tumulto no recinto.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sr. Presidente, os inscritos na lista depois de Izalci o senhor pode informar?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Os inscritos na lista depois do Deputado Izalci informo agora, o próximo: o quarto é o Deputado Izalci, na lista; o quinto é o Deputado Marcos Rogério; o sexto Enio Bacci; o sétimo é o Flexa Ribeiro, mas ele veio aqui me pedir que eu o chamasse só quando ele estivesse presente, porque ele foi atender uma pessoa; logo em seguida, tem o Júlio Delgado, e por aí vai, o João Bacelar...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, posso...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Dez minutos...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sr. Presidente, antes do Deputado Izalci, por gentileza, quero me inscrever como Líder, na sequência que V. Ex^a está cuidando.

Por gentileza, como Líder da Minoria, Deputado Domingos Sávio.
Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Então, vou fazer, vou inscrever um da lista e um Líder...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, são dez minutos corridos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Dez minutos corridos.

Nobre Deputado Izalci Lucas, V. Ex^a está com a palavra, por dez minutos.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, para Paulo Roberto Costa.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A Presidenta Dilma admitiu, em 2006, quando comandava o Conselho de Administração, que votou a favor em função do relatório falho do Sr. Nestor Cerveró, que defendeu as cláusulas, dizendo que não eram fundamentais para a decisão.

Para V. S^a, a Presidenta Dilma já estava orientada a aprovar a aquisição e, após o sobrepreço da Refinaria de Pasadena vir à tona, utilizou-se da suposta incompletude no resumo executivo – como desculpa para ter chancelado o negócio.

Qual era a posição do ex-Presidente Lula sobre essa operação? E pergunto a V. S^a isso pelo seguinte: agora eu entendo exatamente essa questão do *e-mail* que V. S^a repassou para a Casa Civil. Eu gostaria de saber quem pediu – aqui está escrito "pedro. dalcero".

Eu entendo que esse *e-mail* foi encaminhado à Ministra Dilma Rousseff, e a gravidade... Isso aqui, para a população entender um pouco: o Tribunal de Contas já vinha alertando, desde 2007, as irregularidades; o Congresso não acatou a sugestão do TCU em 2007, mas, em 2009, o Congresso aprovou, na LDO de 2010, a exclusão das obras – foi, então, que V. Ex^a encaminhou o *e-mail*.

Tudo leva a crer, aqui, que a Presidenta Dilma solicitou via esse Pedro para respaldá-la, porque não era ela que vetava a LDO, o veto era do Presidente Lula. E, para se respaldar, então, ela pediu a V. S^a que encaminhasse esse *e-mail*, para que ela, depois, dissesse: "Não, eu disse, inclusive está aqui o *e-mail* do Diretor Paulo Roberto Costa. Quem vetou foi o ex-Presidente Lula".

Eu quero perguntar a V. S^a: Qual era a posição do ex-Presidente Lula sobre essa operação?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Nobre Deputado, em relação tanto à Pasadena quanto às obras, à paralisação de obras, eu não posso lhe responder porque eu nunca estive conversando esse assunto com o Presidente Lula, eu nunca tive contato pessoal com ele sobre esses temas. Então, eu não posso exprimir aqui uma opinião, porque eu não sei.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Pelo menos nós aqui temos conhecimento de que V. S^a era tratado pelo Presidente Lula de Paulinho, tamanha intimidade.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Isso é folclore, folclore.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Ah, não, nunca tratou V. S^a de Paulinho. V. S^a não tinha nenhuma ligação com o Presidente Lula, era só profissional?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Não, tivemos várias reuniões junto com o Presidente Gabrielli, com o Presidente Lula, com a Ministra Dilma, muitas reuniões com a diretoria da Petrobras toda. Tivemos muitos eventos em que participamos juntos. Mas essa maneira de chamar, isso aí é folclore, isso aí não existia.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Pergunto a V. S^a: é evidente que a gravidade... Hoje entendo que o Congresso cometeu até uma irresponsabilidade de



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

não ter derrubado esse veto, que causou esse prejuízo para o País. Agora, nessa situação onde V. S^a encaminha um *e-mail* reafirmando as irregularidades que o Tribunal de Contas vinha apontando desde 2007, nessas reuniões que V. S^a teve com o Presidente Lula junto com a Ministra Dilma na época, não se comentou nada sobre essas irregularidades, sobre esses desvios todos, sobre esse sobre esse superfaturamento, o excesso, o excesso inclusive...

Olhe só o que foi divulgado pelo Tribunal de Contas: de 2003 a 2014, foram quatro leis utilizadas pela Lei de Licitações, a 8.666, foram 57.746 cartas-convite. E hoje nós sabemos que as cartas-convite originaram a questão do cartel. E V. S^a confirmou – e os empreiteiros – que era combinado tudo isso: 784.325 dispensas de licitação.

Então isso aqui não acontecia... É impossível alguém admitir que o Presidente Lula ou que a Presidenta Dilma hoje, na época Ministra, não sabia o que estava acontecendo na Petrobras. Inclusive nesse alerta que V. S^a fez à Ministra Dilma, não se discutiu com ela a gravidade e o que estava acontecendo, V. S^a que já tinha conhecimento nessa época? V. S^a já conhecia as falcatruas, tanto é que V. S^a acabou de dizer que enojava essa posição.

V. Ex^a nunca falou com a Presidente Dilma, com a Ministra Dilma sobre esse descontentamento pelos procedimentos da Petrobras?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Não, nunca tivemos uma reunião em particular, nem com a Ministra Dilma nem com o Presidente Lula, sobre esse tema. Particularmente, nunca foi discutido não. Por mim, não.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Por que por mim? O senhor tem conhecimento de que outros trataram disso?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Eu não sei, não posso lhe garantir isso. Agora, eu, pessoalmente, nunca cheguei a conversar sobre esse tema de forma clara, transparente, nem com o Presidente Lula nem com a Ministra Dilma.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a acabou de afirmar aqui que quando encaminhou o *e-mail* V. S^a já estava enojado com o sistema. Como V. S^a estava enojado com o sistema e esteve, por diversas vezes, com a Presidenta Dilma, como Ministra, e com o próprio Presidente Lula, e não os alertou, não conversou sobre isso?

V. S^a está dizendo que nunca falou sobre isso? Em reunião nenhuma, sobre isso?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Não.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Com a presença do Conselho de Administração por exemplo?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Não. Isso era fundo pessoal, meu, era fundo íntimo meu que estava enojado. Realmente estava.

Dei uma declaração para o Juiz Moro, lá em Curitiba, de uma possibilidade de colocar várias empresas de menor porte para ver se a gente



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

quebrava esse cartel. Não conseguimos quebrar o cartel. Mas eu não cheguei a conversar isso pessoalmente nem com o Presidente Lula nem com a Ministra Dilma. Eu, pessoalmente, não tive essa conversa com eles. Não tive.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Bem, V. Ex^a não teve a conversa, mas encaminhou oficialmente essa...

Além desse *e-mail*, V. S^a encaminhou outros alertas com relação à carta ou conversou com alguém sobre essas irregularidades que estavam sendo cometidas na Petrobras?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Chegamos a conversar internamente, na empresa, da dificuldade de contratação. Tivemos algumas licitações, como no caso lá de Pernambuco, que tínhamos que fazer a mesma licitação quatro vezes, porque os preços estavam exageradamente altos. Então isso...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a...

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Isso foi... Só complementando.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Entendi. Desculpa.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Essa, essa necessidade de fazer várias licitações para fazer uma unidade de processo na refinaria de Pernambuco, isso foi levado ao conhecimento do Conselho de Administração. Sim, isso sim! Uma licitação não teve sucesso, fez uma segunda, fez uma terceira, fez uma quarta licitação.

Como cada licitação dessa, entre uma licitação e a outra, você demora de quatro a seis meses para preparar uma nova licitação, obviamente que isso tem um impacto muito forte no prazo.

Isso foi alertado ao Conselho de Administração: da dificuldade de se conseguir preço competitivo no Brasil. E disso o Conselho de Administração foi alertado por mim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Os bastidores, os bastidores... V. S^a tomou conhecimento ou teve algum comentário de que a Ministra sabia do que estava acontecendo, dessas irregularidades, mesmo não tendo diretamente falado com ela?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Volto aqui a falar: isso, eu pessoalmente alertei no Conselho de Administração. Em determinado período ainda era a Presidente Dilma a Presidente do Conselho. Ela foi Presidente do Conselho de Administração da Petrobras de 2003 a 2010.

Algumas licitações da RNEST foram feitas em 2009 e 2010. Então isso foi alertado por mim, na reunião de Conselho, que nós estávamos tendo muita dificuldade de ter preços competitivos. Isso eu alertei no Conselho, mas não tive nenhuma reunião em particular com ela sobre esse tema.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – O senhor tem algum conhecimento do campo de uma área na África que depois foi vendido para o BTG? Houve algum prejuízo para a Petrobras? V. S^a teve conhecimento disso?



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Não, não tenho. Essa área é da área internacional. Eu acho que nem é do tempo do Nestor. O Nestor já tinha saído da Diretoria Internacional. Eu não tenho conhecimento dessa venda de bloco da África. Não tenho. Acho, inclusive, que foi depois da minha saída da Companhia.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – E nem participou depois, nas consultorias, nada.

V. S^a, ainda com relação à questão das cartas-convite, que foram 57.746... Carta-convite é aquela em que a empresa escolhe os fornecedores para que eles apresentem a proposta. V. S^a confirma aqui a questão dessa combinação que houve entre as empresas e também que eles definiam o preço, inclusive o apresentado, e também quem seria o vencedor, o cartel?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Isso está na minha delação premiada.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – É. É o que V. S^a confirmou.

Sr. Presidente, vou ter que reinscrever porque ainda tenho muitas perguntas para o Sr. Nestor Cerveró.

A última pergunta: V. S^a confirmou, nas investigações, que recebeu uma propina de 1,5 milhão para não atrapalhar a compra de Pasadena nos Estados Unidos, o que, por si só, já demonstra todo o discurso de irregularidade feito pela CPMI, por Nestor Cerveró, por José Gabrielli e por Graça Foster, entre outros. Sabe informar se Cerveró também recebeu propina para aprovar ou para não criar dificuldade nessa operação de Pasadena?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Não vou...Essa pergunta também está no processo de delação, não vou poder entrar em detalhes. Está no processo de delação.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – O.k.

Sr. Presidente, vou me reinscrever porque preciso falar depois para o outro, o Sr. Nestor Cerveró. Se V. Ex^a puder, quero me reinscrever.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Já estou reinscrevendo V. Ex^a, Deputado Izalci Lucas.

O próximo inscrito é o nobre Deputado Marcos Rogério. Eu lhe pergunto, Deputado, se V. Ex^a vai falar na condição...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Falo inicialmente na condição de inscrito, Sr. Presidente, e peço a V. Ex^a que, ao final, acrescente o tempo como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está combinado, muito bem. V. Ex^a tem dez minutos para perguntar e cinco finais, em que eles não podem mais responder, certo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – O.k.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, por economia de tempo vou direto aos questionamentos para, ao final, fazer algumas ponderações. Inicio a



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

minha fala me dirigindo ao Sr. Paulo Roberto Costa: em depoimento, V. S^a afirmou que os diretores apadrinhados pelos partidos eram os responsáveis por negociar o percentual das propinas nos contratos assinados pela estatal com os dirigentes das construtoras.

Quais eram os interlocutores dos partidos na Petrobras?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Esses detalhes estão todos na delação premiada. Vou me furtrar aqui de falar, mas está tudo lá na delação premiada e no depoimento ao Juiz Sérgio Moro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – V. S^a os indicou claramente na delação premiada?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Perfeitamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Questiono ao Sr. Nestor Cerveró: segundo Paulo Roberto Costa, V. S^a foi indicado por um político com ligação com o PMDB para o cargo que ocupava. V. S^a já negou essa afirmação, mas aqui sempre há uma segunda oportunidade para corrigir um lapso de memória. Questiono V. S^a: quem exatamente o indicou para ocupar o cargo na Diretoria Internacional da Petrobras?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Deputado, não houve lapso de memória. Não sei dessa indicação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – V. S^a está afirmando a esta Comissão que não foi indicado por nenhum partido ou representante político?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu ratifico o que afirmei na minha apresentação aqui, na CPMI: a exemplo do Paulo – eu até sou mais antigo na Petrobras que o Paulo, entrei em 75, um pouco mais velho que o Paulo – fui indicado diretor depois de ter ocupado várias gerências. Quando já tinha 28 anos de Casa, fui indicado diretor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Por mérito?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Exatamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – V. S^a representava os interesses de algum partido político ou agente político junto àquela diretoria?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Sr. Paulo Roberto Costa, o senhor afirmou, em áudio divulgado pelo G1, em 09/10/14, que a Diretoria de Abastecimento era indicada pelo PMDB e repassava parte do dinheiro dos contratos ao partido. Qual era a percentagem paga e quem recebia essa quantia?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Também isso está dentro do processo de delação, detalhado, para o Ministério Público e para o Juiz Sérgio Moro. Está detalhado lá na delação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – V. S^a está afirmando que detalhou quem pagava, quanto pagava e quem recebia.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Sr. Nestor Cerveró, segundo o Portal UOL, o Sr. Fernando Soares recebia os recursos da Diretoria Internacional em nome do PMDB. O senhor conhece o Sr. Fernando Soares, conhecido como "Fernando Baiano"?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Conheço.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Qual a relação dele com o partido?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não sei. Conheço o Fernando Soares como representante de empresas do exterior e algumas empresas do Brasil, mas desconheço qual o relacionamento dele com o partido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Ainda com o Sr. Nestor Cerveró.

Do valor total do contrato assinado com as empreiteiras, segundo relato do Sr. Paulo Roberto Costa, 3% eram superfaturados pelas próprias empresas para, posteriormente, pagar as propinas aos partidos políticos. Quais eram as empreiteiras envolvidas nesse escândalo?

Dos representantes de empreiteiras presos na última operação da Polícia Federal, quais o senhor conheceu ou manteve relação enquanto ainda diretor da companhia?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu tenho de fazer um esclarecimento. Eu fui diretor internacional de 2003 a 2008, e, como diretor internacional, eu não cuidava de empreendimentos no Brasil. Então, todos os investimentos feitos pela área internacional, amplamente, majoritariamente, na área de exploração e produção... Na área internacional, na minha época, 85% dos recursos eram destinados à área de exploração e produção no exterior. Então, eu não tinha nenhum relacionamento com empreiteiras do Brasil trabalhando fora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – V. S^a ouviu, nesta reunião da Comissão Parlamentar, parte da gravação de depoimento do Sr. Paulo Roberto junto ao Juiz Sérgio Moro, no qual ele fazia afirmações a respeito de V. S^a. V. S^a considera o Sr. Paulo Roberto Costa mentiroso? Ele mentiu a respeito de V. S^a ou falou a verdade quando fez tal depoimento?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu volto a repetir que eu nego isso. Eu já tinha negado isso no meu depoimento. Eu posso debitar isso na conta de uma ilação do Paulo. Eu desconheço esse tipo de pagamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Ele conspirou contra V. S^a?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Não; não falei em conspiração. Eu falei em ilação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – A mesma pergunta eu faço ao Sr. Paulo Roberto Costa, com base justamente em dados relacionados a depoimentos de V. S^a.

Do valor total do contrato assinado com as empreiteiras, segundo V. S^a, 3% eram superfaturados pelas próprias empreiteiras para, posteriormente, serem direcionados a partidos e políticos. Quais eram as empreiteiras envolvidas?



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

E, dos representantes de empreiteiras presos na operação da Polícia Federal, quais o senhor conheceu ou manteve relação enquanto esteve na companhia?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Vale a mesma colocação anterior. Isso está detalhado, muito detalhado, na delação, com todas as empresas e todas as pessoas. Está lá na delação ao Ministério Público.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – V. S^a foi acusado de ilação pelo Sr. Cerveró nesta Comissão. V. S^a conspirou contra o Sr. Nestor Cerveró quando do depoimento dado ao Juiz Sérgio Moro? Houve ilação por parte de V. S^a?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – O depoimento que eu dei, como disse, foi bastante detalhado, com muitos pormenores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Houve ilação?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Não; eu não vou fazer esse comentário aqui. Foi muito detalhado. Esse depoimento está na mão do Juiz e na mão do Ministério Público.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Por fim, um esquema de grande magnitude e complexidade que, se confirmadas as denúncias, envolveu grande parte das empreiteiras nacionais, e que tem feito a companhia sangrar há anos, como passou despercebido de todos que tomavam decisões na companhia? Como V. S^a define o *e-mail* encaminhado à Casa Civil? Qual o objetivo dele, considerando a afirmação que V. S^a fez junto a esta Comissão, nesta tarde, de que estava enojado de tudo aquilo?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Repito: o *e-mail* que foi encaminhado foi uma... Eu externei uma preocupação minha muito grande em um processo que não me estava deixando nada satisfeito, estava me deixando enojado, repito a palavra aqui, mostrando que algumas coisas não estavam bem dentro da companhia. Esse foi o objetivo do meu *e-mail*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – O.k.

Sr. Presidente, não farei mais questionamentos aos dois depoentes e passo, neste momento, a fazer algumas considerações. Penso que não vai ser necessário nem usar o tempo como Líder. Farei dentro do tempo ainda a mim dispensado.

O que temos aqui, Sr. Presidente, diante de todos nós é um jogo de faz de conta: um repete a frase que confirma tudo o que disse, porque não quer entrar em contradição e comprometer o pacto da delação premiada. Portanto, não se trata de paladino da probidade, como alguém chegou a sugerir no âmbito desta Comissão. A delação é instrumento válido para se buscar desvendar grandes crimes, muitos envolvidos, pouca materialidade e de maior interesse público. Mas não se trata de amigo da República, amigo da democracia, e muito menos amigo da moralidade. Trata-se de criminosos tentando atenuar suas condições criminais. Não podemos pintar de herói quem não o é.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O outro vem aqui, bem orientado, para negar tudo. Portanto, alguém está mentindo para a Comissão e mentindo para o Brasil. Caso contrário, Sr. Presidente, Rui Barbosa estaria correto ao prencuniar este momento, quando diz: "De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agitarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto."

O que seria um desvalor...

(Soa a campanha.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Deputado Marcos Rogério, o senhor disse que ia abrir mão do tempo de Líder, mas não abriu mão então, não é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Estou dentro do meu tempo, Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Mas V. Ex^a disse que iria abrir mão do tempo de Líder. Então não abriu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Mas estou dentro do tempo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Não, não, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Estou dentro dos dez minutos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Não. Aí já está acumulando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Então está dentro, Sr. Presidente. Eu imaginei que fosse separado, porque não se poderia questionar os depoentes.

O que seria, Sr. Presidente, repito, um desvalor. Eu sou de um partido da base, mas estamos diante de uma situação que nos impõe a todos defender não Governo ou Oposição, mas defender o interesse maior do povo brasileiro, o patrimônio do povo brasileiro.

A Petrobras é, ao que parece – e, ao que parece, outras empresas, porque as últimas notícias também sinalizam isso –, alvo do maior escândalo que este País já viu, um escândalo jamais visto outrora neste País. Não que não tenha havido. Não que não tenha havido. Mas é, para mim, o maior escândalo que eu já testemunhei. Uma organização criminosa se instalou em empresas públicas para cometer crimes, beneficiar grupos e expor vergonhosamente uma empresa que é símbolo nacional, a nossa Petrobras.

É nosso dever investigar, apontar culpados e recomendar punição adequada a todos que se envolveram nesse escândalo que, repito, é um dos maiores que esta República já testemunhou. Aqui não se fazem apontamentos contra governo, se faz apontamento contra criminosos, estejam eles onde



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

estiverem, em que partido estiverem, porque isso é o que todos nós temos que defender aqui, independentemente de coloração partidária.

Era o que eu gostaria de colocar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB - SP) – Em virtude de ter sido iniciada a Ordem do Dia, está encerrada a reunião.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, espere aí, um momentinho. Não há necessidade... Não pode é deliberar, oitiva pode fazer. Essa não!

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Gente, muito obrigado pelas contribuições. Deixem-me só consultar oficialmente a Mesa aqui e eu já respondo a vocês com esta mesma tranquilidade. Apenas um minuto por favor.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS. *Fora do microfone.*) – Ao menos me deixe, como autor, fazer o encerramento das minhas considerações.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu gostaria de comunicar a todos...

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Até iniciar a votação ao menos...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, não tem nem votação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – No plenário do Senado? Bom, na Câmara não tem votação nenhuma. Então, os Deputados ficam e saem os Senadores, não há problema nenhum.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Esta é uma Comissão mista, Deputado fica, Senador sai.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só um minutinho. Só um segundinho, aqui não é no grito não. Só um segundinho.

Primeiro, eu quero agradecer...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente Gim, em nenhum momento está no grito.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só um segundinho, Deputado.

Primeiro, eu quero agradecer ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, que me sucedeu enquanto eu me ausentei. Muito obrigado, Deputado Arnaldo Faria de Sá, V. Ex^a fez um brilhante trabalho.

Eu queria agradecer a S. Ex^a e queria também dizer que, com os dois Regimentos abertos, constato que cabe, sim, eu encerrar agora, porque já começou... Só um minutinho... Mas enquanto não começarmos efetivamente a



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

votação no plenário do Senado – vou pedir que fiquem alertas... Se começar votação nominal no plenário do Senado, não faz sentido insistir em continuar aqui com a...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Esperem um pouquinho. É claro aqui, Srs. Parlamentares, é muito claro. Eu vou ler o parágrafo único...

Por favor, acomodem-se por favor.

(Soa a campainha.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu estou no art. 107 do Regimento do Senado Federal – só um minutinho, só um segundinho, deixem-me ler aqui e depois eu deixo todos vocês falarem. Regimento Interno do Senado, art. 107, parágrafo único: "Em qualquer hipótese, a reunião de Comissão permanente ou temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias do Senado". Não há dúvida sobre isso.

O da Câmara também, mas como nós estamos no espaço físico do Senado... Agora, na Câmara é mais restrito ainda.

Só um segundinho por favor, Senador.

Da Câmara também: "Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com a Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária da Câmara ou do Congresso Nacional...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Para mim é questão de ordem então: 148.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – O Deputado Enio tinha pedido, o Deputado...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Questão de ordem...

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Presidente, pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pela ordem também.

Por favor...

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Não sei quem fala primeiro. Sou eu?



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Sim, Enio.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, eu quero apenas...

Antes de o Deputado Onyx fazer a questão de ordem, e V. Ex^a decidir, eu quero apenas fazer um pedido: que essa prática não seja adotada de forma tão abrupta. Se eventualmente, em algum momento, tiver que ser encerrada, que se faça isso de forma que se possa, ao menos alguns minutos ou segundos, fazer uma conclusão. Senão fica algo interrompido pela metade, o que já ocorreu de outra vez.

Então, eu gostaria, depois, ao menos antes do encerramento, falar 30 segundos que fosse, como autor da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Combinado.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

Primeiro, quero dizer a V. Ex^a que nós, aqui, há duas semanas, fizemos uma reunião que estava na oitava e começou a Ordem do Dia e só quando foi para a reunião deliberativa é que foi encerrada a reunião desta Comissão. Já aconteceu aqui nesta CPMI.

Hoje, a gente tem talvez... Eu quero, primeiro, agradecer a V. Ex^a por ter recebido os termos do acordo da delação, que já me foram encaminhados, feitos pelo Dr. Paulo Roberto à Justiça Federal e ao Ministério Público Federal.

Quero dizer a V. Ex^a que hoje a gente talvez tenha a reunião mais importante e produtiva desta Comissão.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Exatamente.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – E está sendo interrompida de uma forma abrupta e inesperada, coisa que não aconteceu em outras oitavas, porque os termos da delação estão aqui. O Dr. Cerveró falou que é ilação. A tranquilidade – não é nenhum anjo – do Dr. Paulo Roberto, se ele estiver mentindo, ele perde a delação. E se ele não tiver mentindo porque ele fez a delação, quem está mentindo é o Dr. Cerveró, que tem que ser daqui... Não pode ser por aqui, mas pela justiça ele pode ser preso.

Isso não foi passado só em relação à Petrobras, não.

Então, na hora em que a gente tem como produzir algo para esta Comissão que tenha efeito, que é o que nós queremos e a sociedade pede de nós, nós vamos ter essa reunião interrompida, porque começou a Ordem do Dia do Senado, coisa que não aconteceu em outras oportunidades – é bom lembrar, Sr. Presidente. A não ser em questão de deliberação. Aqui nós não estamos deliberando nada – é importante dizer isso.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Tem uma questão de ordem na sua frente, do Deputado Onyx.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Artigo 148, §1º, diz claramente que: "Não havendo número para deliberar, a Comissão Parlamentar de Inquérito poderá tomar depoimento das testemunhas ou autoridades convocadas, desde que estejam presentes o Presidente e o Relator". Nós temos Presidente e Relator. O Relator é um Deputado Federal.

A tradição desta Casa, a tradição das CPIs, das CPMLs, é de manter as oitivas... Eu quero lembrar aqui a CPML dos Correios. Eu estava lá. Nós chegamos a ficar aqui 10, 11, 12 horas. Havia momentos de votação, suspendíamos aqui temporariamente, os Senadores votavam, voltavam; os Deputados votavam e voltavam. Isso foi feito em inúmeras CPMLs. Por que nós vamos criar uma nova regra que vai destroçar no dia em que esta Casa e esta CPML consegue o seu maior avanço... Nós não estamos fazendo o bem para as nossas biografias; a eleição já passou. Ninguém vai se beneficiar coisa nenhuma. Nós estamos aqui beneficiando o País. O que nós estamos fazendo hoje aqui vai balizar a próxima CPML de fevereiro de 2015. Este aqui é um ato patriótico, não é aqui uma Comissão menor que tem que ser encerrada porque há uma votação qualquer!

Aliás, com todo o respeito, o Congresso Nacional vai se reunir, nós vamos obstruir. A sessão, provavelmente, nem tenha condições de ir a voto, por falta de quórum. Nós estamos produzindo aqui coisas importantíssimas para o Brasil.

Eu quero fazer um apelo a V. Exª para que a tradição dessas Comissões Parlamentares de Inquérito possa hoje ser mantida aqui, para permitir que o Brasil conheça o que, Sr. Presidente Gim Argello, nós começamos a desvendar. Pela primeira vez, esta CPML levanta o véu. Por favor, deixe-nos trabalhar, em nome do Brasil!

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pela ordem, Deputado Arnaldo.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Eu queria me associar, Sr. Presidente Gim, a todos aqueles que estão dando a máxima importância para esta reunião da CPML.

Aqui nós tivemos depoimentos absolutamente importantes e esclarecedores, já há pedidos de vários Deputados chegando ao Ministério Público Federal e a Justiça Federal pode aprofundar rumos e caminhos dessa investigação.

A informação que está chegando agora, Sr. Presidente, é que não há ninguém no plenário da Câmara, não há nenhum assunto sendo tratado e, no Senado, uma indicação do Superior Tribunal Militar. Então, eu queria... e não vou brigar com o Regimento e o entendimento que V. Exª já teve aqui do Regimento. Eu pergunto se esta reunião pode ser suspensa por dez minutos, e a gente possa retomar para continuar os trabalhos. Não vejo, no Congresso Nacional, nada mais



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

importante que esteja acontecendo, anunciado para acontecer, do que esta reunião.

Então, é esse o apelo que faço a V. Ex^a. Em favor do interesse público, em favor do interesse do País, que possamos encontrar guarida regimental, e sugiro, pergunto, indago a V. Ex^a se há amparo para que se suspenda esta reunião e se retome imediatamente para dar continuidade a esses trabalhos. Há uma série de questões levantadas. Se falou aqui em cartel e é preciso esclarecer isso. Eu, por exemplo, tenho interesse em ter esclarecimentos, e há outras questões mais.

Então, esta é a questão de ordem que formulo neste momento a V. Ex^a.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Tenho, só um minutinho, Deputado...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – ...o Senador Ataídes tem pedido há algum tempo.

Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS - TO) – Presidente Gim, V. Ex^a já nos deu a palavra que vai continuar os trabalhos desta Comissão. Então, vamos parar com esses pedidos de ordem e vamos dar andamento à carruagem, o.k.?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Essa era a mesma proposição que eu faria a V. Ex^a. Vamos dar sequência aos inscritos para que possamos aproveitar esse momento ímpar em que temos, de um lado, o Dr. Paulo Roberto, que já está sob a delação premiada e faz uma acusação clara. Temos notícia de que, dentro dessa delação, há notícia de que o Sr. Nestor tenha recebido propina. Este, por sua vez, em um ambiente em que ele não poderia faltar com a verdade, nega. Precisamos aprofundar esta questão. É para isso que serve a acareação, porque daí pode surgir não só o esclarecimento, mas o agravamento da pena, porque quem está mentindo para uma CPMI está sujeito ao agravamento da pena.

É esse o entendimento que tenho. Por isso, quero mais esclarecimentos do Sr. Nestor Cerveró.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito bem! (*Pausa.*)

Senhores, a Mesa me informa que eu sou... Não sei se sou obrigado, acredito que não! ...que eu devo, no mínimo, suspender a reunião para ir lá, votar e voltar. Os Senadores que precisam vão lá, votam e voltam aqui. Então, vamos suspender a reunião por 15 min e, daqui a 15 min, voltamos aqui.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Creio que a maioria já votou, Presidente.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – São duas autoridades? (*Pausa.*)

Estão sugerindo aqui... São dez autoridades? (*Pausa.*)

Não podemos suspender e parar, suspender a reunião toda hora.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, posso fazer uma sugestão? V. Ex^a transfere ao Parlamentar mais experiente, que é o Parlamentar Arnaldo Faria de Sá, que é Deputado, o nosso Relator *ad hoc* é Deputado, e segue o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Agradeço. Não pode acontecer. Acaba de me informar que isso não pode acontecer, mas agradeço a sugestão.

Então, está suspensa a reunião, em princípio, por 15 minutos.

(Iniciada às 14 horas e 45 minutos, a reunião é suspensa às 17 horas e 18 minutos e reaberta às 17 horas e 55 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Senhores, de acordo, fui lá e pesquisei, analisei com todos os membros da Mesa do Senado Federal, em companhia até do nobre Líder Aloysio Nunes.

Está encerrada, portanto, então, esta reunião, tendo em vista que não tenho amparo legal para continuar com esta reunião. Temos amanhã. O próximo calendário é amanhã, às 14h30...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só um segundinho.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Não encerre antes de eu falar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Senhor?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Só quero que V. Ex^a tenha consideração de me ouvir antes de o senhor encerrar definitivamente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Tenho consideração, sim.

Então, vou dar, de acordo com o nosso requerente, para que o senhor faça o encerramento, já que o senhor foi o proponente do requerimento, e vou dar por encerrada, porque não tenho amparo legal para continuar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, tivemos 18 oitivas aqui, nesta CPMI. Só esta está sendo encerrada. Na CPI do Cachoeira, que era presidida pelo Senador Vital, só uma foi encerrada. Todas as outras se processaram sem encerramento. Na CPI da Terra, presidida pelo Senador Alvaro Dias, ele pode testemunhar, fizemos oitivas, aqui, longuíssimas e nunca interrompemos. Da mesma maneira, a CPMI dos Correios.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Vamos pesquisar. Não há nenhuma necessidade de nós... E volto a apelar a V. Ex^a. Nós, ao longo desses meses, nunca produzimos um momento tão revelador e tão importante como esse! É um crime interromper esse processo, até porque, em breve, começa uma sessão do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Isso.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sim, mas na sessão do Congresso Nacional não há sequer quórum. Então, vamos ser privados de continuar trabalhando por conta de uma sessão que nem quórum tem e que, no que depender de uma parcela importante dos Parlamentares, nela nem terá quórum. Ela poderá cair em 30 minutos. Então, Presidente, acho que vale a pena persistir no nosso esforço.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Quero fazer um apelo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pois não, Deputado.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Primeiro, agradecer a atenção de V. Ex^a de voltar e dar o retorno a nós, que estávamos aguardando, e dizer, Presidente Gim, que vejo em V. Ex^a o interesse de poder continuar com a reunião, porque talvez, de tudo que foi produzido, de todos os documentos que requeremos e conseguimos aprovar com toda dificuldade que tivemos em oitivas, hoje a CPMI se justificava para o Parlamento e para a sociedade. Parece que encontraram uma forma de, na produtividade da mesma, ela fosse tornada de novo improdutiva, em função da suspensão.

Então, venho solicitar a V. Ex^a, se possível, dada essa orientação, que a gente possa, solicitando aos dois aqui intimados à acareação, suspender a reunião por um tempo maior para que a gente possa ver o encerramento da sessão do Senado, iniciada a Ordem do Dia, até aguardar a Ordem do Dia do Congresso e retomar com a reunião aqui, com a oitiva. Essa é mais uma solicitação que lhe faço no sentido de a gente fazer uma suspensão maior para aguardarmos até dar quórum no Congresso, para que a gente possa ter a possibilidade de terminar esta reunião que, acho, pode trazer muitas elucidações para a sociedade brasileira.

Volto a dizer, é uma reunião talvez histórica aqui para a CPMI, que já está funcionando há seis meses e hoje começa a produzir algum efeito, mas a gente tem que ser paralisado em função desta questão regimental. Então, como compete a V. Ex^a a questão de encerrar ou suspender, suspender voltando às 18h30, 19h para que a gente possa ter oportunidade de continuar ouvindo aqui aqueles que foram convidados.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Passo a palavra ao autor do requerimento, nobre Deputado Enio Bacci.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, gostaria, em primeiro lugar, de solicitar que fosse chamado o Sr. Paulo Roberto para que



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

presenciasse o encerramento dos trabalhos, para que ele esteja presente, como está o Cerveró.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Sr. Presidente, Senador Gim, e a todos os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Já foram chamá-lo.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – O.k.

Meio que em uma despedida, afinal de contas, estou encerrando o meu mandato e não voltarei a esta Casa. Elegi-me Deputado Estadual. Portanto, voltarei ao Rio Grande.

Depois de 20 anos nesta Casa participando de várias investigações, CPIs, como Presidente da Comissão de Segurança, entendo que, no dia de hoje, dei uma contribuição muito grande à forma como se investigam eventuais denúncias, porque, pela primeira vez, uma CPMI adota a acareação como instrumento, que se mostrou eficaz, que mostrou dar resultados muito positivos, tanto é que, no dia de hoje, saio daqui com a alma lavada, com o sentimento de que deixo esse exemplo para que a próxima CPMI, na próxima Legislatura, adote a acareação como uma prática mais comum e que se repita mais uma vez.

Eu quero agradecer ao Cerveró, que aqui está, e, de uma forma muito especial, ao Paulo Roberto Costa. E quero dizer que o Sr. Paulo Roberto Costa, hoje, é visto como alguém que vai viabilizar uma grande limpeza neste País. E não tenho dúvidas de que, pela coragem que o senhor teve de enfrentar poderosos... Não há dúvida nenhuma de que a sua coragem em citar nomes nessa delação premiada, que deve, claro, vir confirmada com todas as demais provas, vai, com o tempo, transformá-lo no cidadão que passa para a história como um dos responsáveis pelo novo Brasil que vai nascer para os nossos filhos e para os nossos netos.

Então, quero cumprimentá-lo e aproveitar para fazer um questionamento final, para que ficasse nos anais, nos autos – e eu acho que V. S^a pode me dar essa alegria –, porque, como disse há pouco, estou me despedindo desta Casa, vou embora, não serei mais Deputado Federal. Gostaria de ter a oportunidade de acompanhar pela mídia o que vai acontecer no ano que vem, quando, nessas mesas, possivelmente, muitos políticos estarão sentados, quem sabe até alguns com mandato parlamentar. Assim, eu gostaria de sair daqui premiado com a informação – se o senhor puder me dar essa informação – de quantos políticos, aproximadamente, foram citados na delação. Não precisa citar nomes nem nada, mas algo acima de 10, 20, 30, 50? Não há nenhum comprometimento. (*Risos.*)

O senhor poderia me dar essa alegria, Paulo Roberto?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – O senhor não pode me deixar aqui numa situação meio constrangedora, mas algumas dezenas.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Algumas dezenas.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O. k, Sr. Presidente! Eu me sinto mais tranquilo ainda por ter contribuído.

Quero agradecer a todos e deixar um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nós é que agradecemos a sua contribuição a este Parlamento, Deputado Enio Bacci, e que faça, no Rio Grande do Sul, a carreira brilhante que fez aqui.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pois não. Com a palavra, por um minuto, o nobre Deputado...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sr. Presidente, o que vou dizer aqui não é para V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – É para a assessoria da Mesa.

Quando houve aqui o depoimento do Sr. Jorge Zelada, esta CPMI iniciou seus trabalhos às 14h51 e encerrou às 17h37. A Ata da 115^a Sessão Deliberativa Ordinária, da mesma data (6 de agosto), do Senado Federal, dá conta de que aquela sessão se iniciou às 10h07 e se encerrou às 17h25. Portanto, nós fizemos toda a oitava do Sr. Zelada com a sessão do Senado Federal andando. Isso é só para corroborar o dado que eu trouxe aqui, vivido por mim nesses 12 anos de Congresso Nacional: pela primeira vez, eu assisto a encerrar-se uma oitava, em Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, por obra de uma votação – desculpe-me, secundária – no Plenário do Senado Federal.

O que nós estamos fazendo aqui, Senador Gim, é sermos prejudicados por uma leitura inadequada, que não respeita a tradição investigativa do Parlamento brasileiro; que serve não ao Brasil; que serve a quem pode ser investigado; serve aos corruptores. Não estou falando dos corruptos, que serão dezenas, como disse aqui o Sr Paulo Roberto Costa, mas dos corruptores, que raramente foram tocados por investigações parlamentares no Brasil.

Então, eu lamento – lamento! – que a falta de sensibilidade... Volto a dizer, não imagino que seja sua; imagino que esteja sendo pilotada por um interesse menor, um interesse de ocultar e de esconder. Esta CPMI deveria seguir noite adentro, ouvindo essas duas pessoas, que podem dar uma contribuição extraordinária ao Brasil.

Então, eu acabei de provar a V. Ex^a que nós já tivemos reuniões com o Senado Federal em sessão e deliberando. Portanto, eu quero pedir que esta seja a última vez que V. Ex^a seja induzido a erro.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Agradeço a V. Ex^a e proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 20^a e da 21^a Reuniões da Comissão.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Os Srs. Parlamentares que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão, portanto, aprovadas.

Gostaria, antes de passar, na ordem, para o Deputado Izalci, de agradecer e dispensar a presença do Sr. Nestor Cerveró. Nosso muito obrigado. Gostaria de agradecer e dispensar a presença do Dr. Paulo Roberto Costa. Nosso muito obrigado. Senhoras e senhores advogados, muito obrigado pela presença dos senhores aqui, que muito contribuíram para elucidar essa questão que nos envergonha a todos, em nível nacional e mundial, que é o caso da Petrobras.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Antes de encerrar, pela ordem, mas as testemunhas estão dispensadas. Pois não.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Queria pedir a V. Ex^a que, antes da convocação de amanhã, que já está marcada, a gente fizesse também a convocação, a deliberação de alguns requerimentos.

Além disso, eu quero registrar aqui que, infelizmente, eu ainda tinha toda uma gama de perguntas para o Sr. Nestor Cerveró, e lamentavelmente a Base de Governo não está cumprindo aquilo que a Presidenta Dilma determinou, que era não deixar pedra sobre pedra. O que a gente vê claramente é o desespero da Base de Governo para não dar continuidade a esta tão importante audiência que está acontecendo hoje.

Então, com relação à reunião administrativa, V. Ex^a poderia convocar...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Amanhã nós vamos ter reunião às 14h30 para escutar uma peça muito importante dessa engrenagem. Então, amanhã, às 14h30, o nosso Presidente, Senador Vital do Rêgo, estará aqui e ele definirá.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 47 minutos, a reunião é suspensa às 17 horas e 18 minutos, reaberta às 17 horas e 55 minutos e encerrada às 18 horas e 7 minutos.)

Senador Gim
Vice-Presidente